

O RUMOR DAS NARRATIVAS: A HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO DO SÉCULO XX NO BRASIL COMO PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO – NOTAS PARA UMA AVALIAÇÃO¹



MARGARETH DA SILVA PEREIRA

*Arquiteta urbanista e historiadora, coordenadora do
PPG em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, coordenadora do Laboratório de Estudos
Urbanos e pesquisadora CNPq*

201

DA UTILIDADE DAS METÁFORAS

Perguntar-se sobre o perfil da história ou da historiografia sobre a arquitetura e o urbanismo do século XX produzida nas últimas décadas no Brasil é um exercício, no mínimo, temerário. Não só, os trabalhos recentes mostram que as próprias noções de história, cidade ou ação e gesto construtivo na cultura brasileira apresentam singularidades em diversos planos que são consideradas por uns e não por outros, como inúmeras digressões seriam necessárias para tentar circunscrever as orientações das diferentes práticas históricas dos que se dedicam à sua escrita, para além dessa problemática.

De fato, o campo dos estudos históricos na área mostra-se extremamente amplo e também difuso, exigindo sucessivos esclarecimentos. O próprio uso do termo historiografia, por exemplo, que começou a circular em fins dos anos 1980 e vem deslocando a palavra história, é usado no país em dois sentidos. Isto é, ele pode se referir ao conjunto

da produção dedicada aos estudos históricos ou designar, apenas, os trabalhos que tratam, especificamente, da crítica das suas posições teóricas, dos objetos de estudo eles próprios, das ferramentas mobilizadas pelos autores, dos recortes temporais adotados ou das formas de construção textual.

Por outro lado, essa diversidade assume diferentes formas quando se observa o país como um todo ao mesmo tempo que é incontestável a vitalidade da produção acadêmica na maior parte dos estados da federação. Os centros de formação são numerosos e se a concentração no eixo São Paulo-Rio já apresenta diferenças consideráveis, some-se a produção que resulta da dispersão de pesquisadores espalhados em outras regiões, de Sul à Norte do país, que também alimentam e impactam o pensamento crítico. Embora, as possibilidades de encontro, confronto e mediação entre os atores individuais ou institucionais (grupos de pesquisas, escolas, redes) que atuam na área sejam inúmeras e possibilitadas por congressos, periódicos ou publicações, as tradições teóricas e discursivas permanecem, assim, bem demarcadas e extremamente variáveis mas, sobretudo, pouco debatidas.

Essa amplitude e diversidade dos estudos históricos na área da arquitetura e do urbanismo nas últimas décadas é de tal ordem que poderíamos imaginar várias nuvens de pesquisadores, professores, instituições com orientações teóricas específicas, formando configurações gasosas e moventes. Pareceria que estamos diante de uma série de *nebulosas*, entendendo-se o termo *nebulosas* menos em seu sentido corrente de algo pouco claro (embora não deixe de sê-lo) do que no sentido arcaico de *nebulae* – nuvens ou conjunto de nuvens que se articulam ou entrechocam.

A metáfora parece útil para evocar essas formas vaporosas que se agregam para se constituir de modo denso em certas zonas, fluído e esgarçado em outras, se consolidando ou se diluindo a partir da interação de umas com outras ou francamente em situação de isolamento. Contudo, se olharmos estas configurações ainda mais de perto, suas formas exibem diversas camadas mais ou menos etéreas, com seus pontos de concentração ou esgarçamento.

Assim, qualquer exercício crítico sobre o tema exige explorar camadas de atores e vozes atuantes no campo cultural e de pesquisas que se movem de modo mais ou menos interligado ou francamente independentes, segundo as configurações que se observa. Mais precisamente, é necessário não esquecer que os pontos de concentração ou de esgarçamento dessas *nuvens* praticam a história com diversos matizes que resultam de construções culturais que se organizaram em diferentes temporalidades e mudam também diferentemente no tempo.

Talvez, um dos primeiros exercícios necessários seria o de identificar como a própria configuração das áreas da *história da arquitetura* e da *história do urbanismo* no Brasil é ou foi vista pelos próprios atores que passaram a atuar nela. E a partir daí, avaliar como se considera o processo que instituiu as práticas arquitetônica e urbanísticas do século XX como objetos de estudos historiográficos propriamente ditos.

Em tese, seria a partir dessa dupla interpretação – e que, por sua vez, é tributária das balizas teórico-metodológicas que os diferentes autores e grupos fizeram suas – que a produção recente teria dado sentido às suas atividades, elegendo sua agenda temática e definindo suas formas de narrativas. A perspectiva adotada aqui será, contudo, assimétrica e muito mais modesta tanto em relação à estas questões mais internas ao próprio campo da *crítica*² quanto às inclinações que caracteriza a produção em seu conjunto nacionalmente. Privilegia-se, nas páginas que se seguem, uma percepção do campo dos estudos históricos que toma como parâmetro sobretudo o Rio de Janeiro e já neste simples recorte é possível vislumbrar várias nebulosas.

No Rio, a palavra historiografia foi utilizada desde os anos 1980 no seu segundo sentido e, assim, os balanços sobre os perfis teóricos das narrativas históricas aí se acumularam desde então. Embora balanços com essas características não tenham sido feitos nas demais regiões do país, não há dúvidas sobre a formação de inúmeras nebulosas de pesquisadores a partir de meados 1990, quando, inclusive, muitos programas de formação foram criados. Assim, ainda que de modo lacunar, são identificadas outras tantas nebulosas nas diferentes regiões do país, começando justamente por levar em consideração, por contraste, aquelas que se formaram e se desfizeram em sucessivas reconfigurações teórico-metodológicas até a virada do século XXI, delineando um panorama aproximado do tema. Foram, explicitamente, deixadas para um segundo momento o balanço da produção dos últimos 10 - 15 anos, tarefa ainda mais difícil levando-se em conta o caráter as dificuldades já apontadas e quando a produção atinge novos patamares de expansão, nacional e internacionalmente

Como se disse, o campo intelectual dos pesquisadores que praticam hoje a história de cidades ou da arte, e com elas ou a partir delas a história da arquitetura e/ou do urbanismo, se organizou em diferentes temporalidades e arranjos. Em consequência, diferentes visões de história, e da história, se contrapõem ou são mantidas e leituras e interpretações de obras e trajetórias se completam ou se hibridizam. No conjunto profuso de textos em circulação nos últimos 30 anos, por exemplo, o passado ganhou possibilidades de sentido cultural e social mas também se revela, muitas vezes, como um tempo morto e estéril.

O exercício desenvolvido aqui é, portanto, superficial e também não serão consideradas as interpretações sobre a arquitetura e sobre o gesto de construir que desde o século XIX foram elaboradas por diferentes intelectuais, arquitetos e artistas no país e que, em alguns casos e em certas regiões, são levadas em consideração no discurso contemporâneo e criticamente avaliadas em suas possibilidades de enunciação.

Em resumo, busca-se identificar apenas como a área *dos estudos históricos* foi reinvestida recentemente, avaliando o processo que instituiu as práticas arquitetônica e urbanísticas do século XX como objetos de estudos entre fins dos anos 1970 e o início dos anos 2000. De todo modo, nas múltiplas nebulosas que vêm delineando a própria configuração do campo são inúmeras as zonas que sinalizam potencialidades ou desafios a serem enfrentados e cabe se interrogar sobre o que foi possível vislumbrar de suas formas moventes, sejam elas etéreas ou no que guardam de massa e densidade.

O PASSADO E A CIDADE ANTIGA:

A EXPLOÇÃO DOS ESTUDOS URBANOS NA DÉCADA DE 1980

O modo como as práticas historiográficas nas áreas da arquitetura e do urbanismo têm sido vistas como um tema de estudo nas últimas décadas necessita considerações sobre processos epistemológicos e disciplinares gerais e específicos. É relevante não só começar por aqueles que recentemente convulsionaram a história como disciplina nas últimas décadas mas, inclusive, a partir deles, sublinhar, no caso brasileiro, o próprio impacto dos estudos pós-coloniais. Isso exige a avaliação do próprio campo epistemológico em suas óticas culturais e em diferentes temporalidades, o que implica deslocamentos, quando a lógica eurocêntrica – como é possível pensar hoje. Começemos pelas temporalidades curtas e pelas nebulosas de formação mais recente.

No Brasil, desde o início dos anos 1980, a produção historiográfica na área da arquitetura e do urbanismo, ainda que àquela altura não se possa falar de um campo propriamente definido de estudos, certamente participou do movimento de autoreflexão da própria área de história e de uma revisão de sistemas globalizantes de interpretação socioculturais.

Como se sabe, as ciências humanas e sociais entre os anos 1970-1980 renovariam suas práticas. As mutações disciplinares, percebidas desde pelo menos a década precedente, passariam, a partir daí, a promover uma revolução intensa no campo do conhecimento até se amortecer a partir de meados dos anos 1990. No período de menos de vinte anos novas orientações teóricas foram formula-

das, incidindo assim, primeiramente, no próprio exercício reflexivo e crítico do campo dos estudos históricos.

Modificaram-se seu vocabulário, seus objetos de estudo, o processo de construção de suas categorias e ferramentas e, de início, seu próprio diálogo com outros campos disciplinares. Enfim, como já observado na literatura, na antropologia ou na sociologia a partir de inúmeras contribuições de intelectuais de procedência diversa (MENESES, 2003) esse movimento na área da história foi particularmente sistematizado e difundido, ao longo dos anos 1970 e 1980, por franceses como Duby (1973), Le Goff e Nora (1974); Certeau (1975); Chartier (1988), entre outros. É nesse quadro que, como se sabe, a circulação do termo *historiografia* ganha espaço ou passa a circular em muitos países latinos, inclusive no Brasil, sublinhando e designando os estudos voltados para a própria história das práticas históricas.

Ora, o impacto dessa guinada epistemológica no Rio, por exemplo, fez com que muitos sociólogos, filósofos, antropólogos, geógrafos, cientistas políticos, psicanalistas – sob o impacto ainda das obras de Foucault, Derrida, mas também Jauss, Kosseleck, Elias, Guinzbourg, Lowenthal entre tantos – e, sobretudo, historiadores *stricto sensu*, guiados, de certo modo, pela terceira geração dos Annales e pelo que se convencionara chamar, assim, de “nova história”, passassem a eleger a história das cidades como tema de estudos em um movimento, até então, sem precedentes. Embora durante a década de 1980 a maioria dos trabalhos se mostrasse geralmente hesitantes em relação aos debates teóricos em curso, ela dá provas de grande efervescência intelectual e abertura ao diálogo interdisciplinar.

Os conflitos decorrentes da contraposição de visões da própria prática científica se mostraria no caso da história da arquitetura e do urbanismo, particularmente, fecunda sobretudo no caso do Rio de Janeiro naquela década. Nesse céu metafórico dos anos 1980, interessam ser observadas mais de perto pelo menos duas grandes nuvens, conectadas pontualmente: uma maior e teoricamente mais difusa – voltada para os estudos históricos da cidade em geral mas que em suas bordas tangencia os estudos de história da arquitetura e do urbanismo – e outra compacta e segura de suas próprias movimentações – que se concentra nos estudos da história da arte, contemplando a história da arquitetura, sobretudo, mas a enfocando como um campo cultural indissociável da cidade.

Ampliando-se o olhar, vê-se formar nesse mesmo céu outras nuvens. Primeiramente na cidade e no estado de São Paulo. Bem menores, elas guardam características próximas das nebulosas do Rio e, portanto, formas aparentadas,

mas mais encrespadas, e até pontos de contato. Por fim, nuvens ainda menores – quase pequenas zonas de névoas – em Salvador e Porto Alegre, que chamam a atenção pela extensão ou densidade. Começamos pelas do Rio, seguramente maiores e mais reconhecíveis naquela década tanto para a área da história da cidade quanto da arquitetura, do urbanismo e da arte. Concentremo-nos nas do Rio, seguramente maiores e mais reconhecíveis naquela década tanto para a área da história da cidade quanto da arquitetura, do urbanismo e da arte, pelas sistematizações desses estudos quanto pelos balanços teóricos feitos rapidamente. (BENCHIMOL, 1985; CARVALHO, 1986)

Uma avaliação de trabalhos dedicados a história do Rio de Janeiro³ reunidos no primeiro banco de dados criado no país sistematizando fontes das áreas de ciências humanas e sociais, o URBANDATA,⁴ identificava, em 1992, um universo de 194 referências produzidas desde 1978 em torno das palavras-chave: *Rio de Janeiro, História urbana e século XIX*. Dentre teses, livros ou artigos 154 títulos dedicavam-se exclusivamente ao século XIX. Por sua vez, 149 obras focavam, prioritariamente, o período 1850-1910, e haviam sido produzidos depois de 1978. Portanto, apenas 6 títulos dedicavam-se a outras décadas do século XX.

A análise das fontes bibliográficas dessa produção raras vezes citava trabalhos do período pré 1978. Quando o faziam, a maioria dos trabalhos datavam de 1965, ano de celebração do 4º Centenário de Fundação da Cidade, ou de no máximo três anos mais tarde. Constatava-se, assim, que no espaço de pouco mais de uma década, mais de uma centena de monografias, teses e livros “históricos” passava a circular e vinha se contrapor à predominância de estudos sobre o “tempo presente”, realizados entre 1950 e 1970, primeiramente por geógrafos e mais tarde por sociólogos e economistas.⁵

Essa retomada da história da cidade, no caso do Rio, seria marcado pela circulação de quatro textos que pontuaram as novas orientações de pesquisa vindas à público em 1978-1979, no contexto da redemocratização do país. O primeiro desses trabalhos a ser evocado foi o do geógrafo M. Abreu e da socióloga O. Bronstein, no qual Abreu fazia espaço a processos urbanos de longa duração, enfocando o que ele chamou de “evolução” urbana do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, o livro das historiadoras E. Lobo, M. B. Levy e M. Y. Linhares que tratava da história econômica e quantitativa do crescimento da cidade. Aqui, à despeito do tema e do viés quantitativo, o leitor mergulhava em um oceno de culturas e na própria história social da cidade.

Dois outros textos reposicionavam o campo do conhecimento, estes claramente marcados pelos livros de Foucault: o do filósofo R. Machado que havia estudado com o filósofo francês e o do psicanalista e escritor J. Freire, que o acompanhara

em várias de sua visitas ao Brasil naquela década. Os dois últimos livros enfocavam, justamente, temas foucaultianos e observavam o Rio e o Brasil sob a ótica dos discursos médicos e do nascimento da medicina social, denunciando seu controle da esfera pública e da vida doméstica. Estes quatro estudos delinearam quase uma agenda para os estudos da história da cidade, inspirando uma série de novos focos e recortes temáticos, procurando apartar-se de uma abordagem marxista *stricto sensu* ou abrindo espaço para um outro olhar para a história social e cultural, embora misturando diferentes tradições ou posições. (PEREIRA, 2003)

Assim, delineam-se, a partir de 1980, um centro de interesse forte na história das minorias urbanas e das práticas culturais – religiosas, musicais, lúdicas –, começando por aquelas da população escrava no século XIX e que, por sua vez, teve no original trabalho de Moura (1983), um exemplo. Contudo, cresceu também o interesse pela história de diferentes grupos étnicos ou populares que haviam construído a cidade pós-colonial – a partir do século XIX, portanto. Multiplicaram-se, ainda, estudos sobre a história das favelas Abreu (1978), dos bairros Nacif (1981), dos subúrbios Cavalcanti e Guimaraens (1979); Pechman (1985) ou da habitação popular Vaz (1986).

Cientistas sociais e historiadores de formação se aproximavam, assim, das temáticas da cidade e, direta ou indiretamente, do pensamento técnico e artístico sobre ela e se reposicionavam em diferentes graus teoricamente. De início, mantinham-se como modelos interpretativos diferentes vertentes neo-marxistas que haviam insuflado o pensamento social na década de 1970 na sociologia urbana sobretudo francesa (com Lefebvre, Althusser, Touraine e, ainda, Castells, Lojkin, Topalov, Preteceille) e na história social inglesa (com E. P. Thompson ou Hobsbawm). Entretanto, eram também revistas ou assimiladas as ideias dos círculos brasileiros que haviam se afirmado a partir dos trabalhos de economistas e sociólogos (Cardoso, Furtado, Bollafi, Kowarick) ou de críticos literários (A. C. Mello e Souza ou R. Schwarz), estes oriundos particularmente de São Paulo.

Com a nítida passagem da história econômica em direção à história social e desta para a história cultural consolidava-se, ainda, o uso de expressões novas para se referir à cidade e que insistiam no valor do passado como “Rio Antigo” ou “Rio Belle Époque”. São exemplos dessas primeiras *brassages* disciplinares as teses de Benchimol (1982), Porto Rocha (1984) ou os livros de Sevcenko (1981 e 1983) e Lissovsky e Sá (1987), de grande ressonância para a incipiente área de história da arquitetura e do urbanismo. De fato, nesse início da década, eram também ainda raras obras como as de Sevcenko (1981 e 1983), por exemplo, que propunham um entrecruzamento de fontes literárias e urbanísticas e que se tornariam

cada vez mais numerosas dez anos mais tarde. Nesse quadro, Carvalho (1987) estudando a ideia de povo, introduziria um novo marco ao colocar a exploração do território mental dos atores sociais como desafio ao ofício de historiador de cidades e sociedades.

O setor editorial, inclusive de instituições públicas, sintomaticamente também apoiou ou amplificou a tendência. Em 1986, por exemplo, seria criada pela prefeitura a *Biblioteca Carioca*, coleção aberta à publicação de títulos já esgotados e de incentivo à produção contemporânea e que daria, naqueles anos, um novo estatuto ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, como centro de documentação e animação das atividades entre historiadores. Entretanto, o que interessa sublinhar são os novos territórios que as artes visuais e a materialidade da cidade passam a ganhar junto a um corpo amplo de intelectuais – seja no interior dos diversos grupos que misturavam pesquisadores de várias instituições, onde trabalhos eram apresentados e discutidos – como na Casa de Rui Barbosa –, seja em grupos teoricamente mais demarcados – como na *Revista do Rio de Janeiro* do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense ou no Centro de Memória Social Brasileira.

Aqui, é importante notar o impacto do interesse acadêmico pelas práticas cotidianas, ordinárias, certamente inspirado pelo desenvolvimento dos estudos antropológicos (MENESES, 2003), impulsionando os *cultural studies* que tomavam forma em vários países naqueles anos. Ainda que não se trate de substituir uma “etiqueta” por outra, esses diferentes ângulos de observação do social – em sua diversidade também de foco e de métodos – provocava deslocamentos discursivos e culturais que atingindo o próprio campo do conhecimento mudava também seus objetos “teóricos”. (PEREIRA, 2003)

O efeito das interações e contaminações disciplinares entre as diferentes nebulosas intelectuais que se formavam no Rio de Janeiro foi notável. Os temas estudados pela sociologia neo-marxista ou pela geografia física – sobre o papel do Estado, às políticas habitacionais, às descrições das funções de certas áreas das cidades – renasciam sob novas bases teóricas e de um olhar mais interno, privilegiando, também aqui uma *arqueologia* nem sempre propriamente de saberes – como sinalizara Foucault e o faziam também Machado e Freire –, mas de práticas em relação à vida coletiva e à vida urbana, e delineando, assim, o próprio campo da história da arquitetura e do urbanismo.

Passava-se, assim, na década de 1980, de uma visão abstrata de cidade à busca ora de continuidades, ora de rupturas históricas – ainda que nessa forma dual. Muitas vezes, a perspectiva projetava preocupações da militância política sobre a agenda científica, tecendo paralelos no passado com a situação observada: exclu-

são, destruição dos lugares da memória coletiva, crescimento e pobreza, comportamento das elites políticas.

Na verdade, no caso brasileiro, não há como ignorar, tantas vezes, as relações entre o campo epistemológico e as pulsações históricas de sucessivas crises – ora políticas, ora econômicas. Malgrado as posições tendencialmente mais neutras, conservadoras ou francamente engajadas, a pesquisa nessa década se contrapõe à anomalia da própria situação política do país – em clausura em um regime ditatorial severo desde os anos 1960. Vivendo a diáspora de muitos intelectuais, com uma repressão cultural e política crescente ao longo da década de 1970, o Brasil e o Rio tiveram ainda, entre 1968 e 1974, um breve momento de crescimento econômico e de grandes canteiros de obras, conhecido como o “milagre econômico” em meio à excepcionalidade do regime. A rápida expansão da produção intelectual foi, assim, como que uma resposta aos efeitos grandiosos e violentos da ordem econômica e uma descompressão diante do processo de distensão política que, começando em fins da década de 1970, atravessaria toda a década de 1980 até a reabertura do espaço político e cultural do país com a Constituição de 1988.

Ora, embora não tenham sido realizados trabalhos para outras regiões do país que se perguntassem sobre essas interações disciplinares e seu impacto junto aos arquitetos e que permitissem compará-las ao caso do Rio, a tendência de tematização do passado foi também observada, dez anos mais tarde, por Fernandes e Gomes (2004) para outras cidades brasileiras, observando um fórum mais específico de planejadores urbanos, e portanto, de pesquisadores já envolvidos com a temática das cidades.

De todo modo, em São Paulo, por exemplo, os anos 1980 foram também de sedução acadêmica pelo seu passado “histórico”, entendido como “um passado apartado, antigo”, ainda que o recorte no caso fosse mais recente: o fim do século XIX e, sobretudo, as primeiras décadas do século XX. Dadas as características da urbanização da cidade e das representações que fazem dela suas culturas intelectuais, esse período passaria a ser visto como uma espécie de momento fundacional em uma perspectiva política moderna. De fato, a São Paulo *moderna* se refundaria do ponto de vista político, demográfico e produtivo com o federalismo republicano de pós 1889 e, sobretudo, com o binômio imigração-industrialização da virada do século XX. Processos que não haviam marcado a história do Rio ou de outras cidades, com igual contundência.

No caso, um grande estímulo para a tematização da cidade antiga talvez tenha sido a ação da primeira repartição de proteção do patrimônio criada por um estado federado, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Ar-

queológico e Turístico (CONDEPHAAT) do estado de São Paulo, em 1968. Os estudos de gerações anteriores de estudiosos do tema – A. Taunay, L. Saia, M. Andrade e E. Silva Bruno – passaram a ser retomados nas novas e antigas instituições de cultura. Ao CONDEPHAAT se somaria o papel do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura – criado nos anos 1930, reformulado nos anos 1970 e particularmente atuante nas décadas de 1980, assessorando o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo –, também criado na efervescência daquela década, em 1985.

Deve-se ressaltar que papel semelhante foi desenvolvido também no Rio de Janeiro pelos órgãos de preservação do patrimônio tanto pelo IPHAN, quanto no interior do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), cujas bases remontam a 1965, mas que ganharia força ao ser reformulado em 1975, tendo a frente arquitetos estudiosos da história da arquitetura no período colonial ou nos séculos XIX e XX, sucessivamente, como Alex Nicolaeff e Italo Campofiorito, por exemplo. Em nível municipal não há também como minorar a importância da implementação no Rio de Janeiro do projeto do Corredor Cultural, tendo à frente Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, que cria também o ambiente cultural para os estudos históricos sobre a cidade, levando ainda à criação no interior da secretaria Municipal de Cultura do Departamento Geral de Documentação e Informação, responsável pela ação da Biblioteca Carioca, já citada.

210

Em São Paulo, as pesquisas e a ação de fomento de pesquisadores trabalhando também com diferentes níveis de articulação nas Universidades de São Paulo e Campinas (USP e UNICAMP) ou em outras instituições, como o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), se demarcariam nesses anos iniciais de reinvestimento na cidade como objeto de estudo. Ora seriam fomentadas revisões teóricas desejáveis como no caso de Meneses (1979); ora seriam abertos novos terrenos de investigação, como fizeram Homem (1980), Amaral (1981), Reale (1982); Corona, Lemos e Xavier (1983), Blay (1985), Toledo (1989); ora, enfim, seria mantido vivo o interesse pela história da arquitetura e da cidade nas salas de aula, principalmente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), como fariam F. Motta, C. Lemos, J. Katinsky, R. Gama, N. Goulart Filho, ou seus homólogos D. e A. P. Alcântara, A. C. Silva Telles e A. Britto na Universidade Federal do Rio de Janeiro ou A. Nicolaeff, diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).

Reis Filho, que pode ser dado como exemplo, daria impulso e visibilidade para os estudos sobre os processos de urbanização no Brasil e sobre a concepção das cidades iniciados no Rio por Paulo Santos (1955) em uma perspectiva, inclusive, tipológica, e, em São Paulo, por Francisco de Paula Dias de Andrade (1966),

em um viés mais legislativo. Estes trabalhos ficaram sem continuidade por razões a serem averiguadas. Com Reis Filho, o tema voltava à tona com sua tese de livre docência (1968), e o arquiteto paulista passaria a ser uma referência nos estudos da década de 1970, sobretudo com a publicação do seu segundo livro *Quadro da evolução urbana no Brasil* (1978), ao lado de B. L. Toledo, autor de *São Paulo Belle Époque* (1974) e *Três cidade em um século* (1975-1976).

Também o Museu Paulista, da Universidade de São Paulo, guardaria sua visada em direção à história da cidade, renovada agora pela figura de Bezerra de Meneses, seu diretor a partir de 1989. Atuando muitas vezes junto a outras das instituições citadas, Meneses desempenhou um papel cuidadoso e rigoroso na busca de construção de pontes disciplinares e entre historiadores do país unindo literatura, arqueologia e história cultural. Desenhava-se, no caso, os contornos do que seria chamado de *história material* e de sociologia, *antropologia* ou *história visual* – dentre outras tantas “etiquetas” que insistiam em exprimir uma irreduzível diversidade de culturas que encontrava agora espaço para formulação.

O mesmo poderia ser dito do papel formativo dos seminários do filósofo Leon Kossovitch nos anos 1980, abrindo espaço para discussões de natureza epistemológica e não apenas disciplinares entre áreas afins e congregando aqueles que por diferentes razões buscavam ultrapassar os estreitos limites dos embates ideológicos em seu sentido estreito.

211

Mesmo com a inexistência também de pesquisas que situem as interações e diferenças teóricas regionais, e sobretudo no eixo Rio-São Paulo, é possível afirmar que, embora tópica, havia troca entre aqueles que participavam no Rio do *boom* dos estudos da história das cidades com seus homólogos na cidade e no estado de São Paulo e vice-versa. Assim, alguns autores trabalhando em São Paulo com a história literária de matriz urbana tornaram-se referência na produção historiográfica do Rio na década de 1980, como por exemplo M. S. Bresciani escrevendo sobre Paris e Londres (1982), N. Svecenko, já citado e estudando a partir de outras perspectivas teóricas o próprio Rio de Janeiro, Chaloub (1986, 1990) escrevendo sobre o mundo do trabalho e sobre a escravidão e, ainda Meneses, Mello e Souza, Schwarz – já citados. Contudo, a produção intelectual de São Paulo parece ter sido muito mais alimentada pelos seus sociólogos e economistas do que pelos seus críticos literários ou historiadores.

Por outro lado, o campo intelectual paulista, com certeza, mostra-se mais hermético em seus nichos disciplinares e de pertencimento político e, assim, menos permeável à circulação e ao debates de teorias de múltiplas procedências, salvo raras exceções. Isso significaria dizer que o campo intelectual, globalmente, mostra-se também mais reticente em relação ao próprio exercício de proble-

matização e desnaturalização de seus procedimentos, o que terá impactos nos desdobramentos dos estudos da história da arquitetura e do urbanismo, que reproduzirá esse enclausuramento.

Em consequência, circularão de modo diferenciado nas duas cidades os debates sobre o lugar da arquitetura e do urbanismo nas sociedades democráticas e sobre seu estatuto e devir ou sobre as suas relações com o reconhecimento da diversidade de culturas e, assim, sobre as relações entre projeto, história e utopia – temas que permeiam internacionalmente a área desde os anos 1960-1970, particularmente junto aos círculos de arquitetos italianos, mas também junto ao círculo, sobretudo de urbanistas, na França, por exemplo.

Na verdade, no Brasil, o círculo profissional dos arquitetos também se reposicionou nesse quadro de expansão da crítica, direta e indiretamente nas duas cidades, mas em ritmos, escalas e temporalidades diversas e, enfim, com assimetrias na escala de circulação e recepção de suas práticas ou na sua institucionalização. Por outro lado, a efervescência da tematização da cidade e do passado observada também em vários países, parece não ter sido acompanhada do mesmo modo, tanto no Rio quanto em São Paulo, do movimento auto-reflexivo que engajou diferentes disciplinas em uma busca arqueológica sobre seus próprios saberes. Pelo menos na primeira das nebulosas dos estudos urbanos nas duas cidades. Salvo as exceções raríssimas de sempre.

212

OS ARQUITETOS-HISTORIADORES E AS HETEROTOPIAS NA CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

As condições de possibilidade de constituição de uma renovação no campo historiográfico e as assimetrias nesse processo merecem ser problematizadas, ainda que rapidamente. De fato, na década de 1970 o afastamento literal pela ditadura de muitos arquitetos das salas de aula – como foi o caso de Artigas, Mendes da Rocha, Maitrejean em São Paulo – e do país – como Oscar Niemeyer, no Rio – havia deixado marcas profundas, medo, resistências. Muitos se afastaram das próprias práticas da arquitetura por contestar as regras de mercado que, em um contexto político de repressão dos debates e de crescimento econômico forte, não possibilitava alternativas.

Daí os nexos entre os dois campos que serviriam de terra de asilo nos anos 1970-1980 para as novas gerações de *arquitetos-historidores* que continuariam no país ou para aqueles que buscaram completar suas formações na Europa ou nos Estados Unidos: os estudos sobre a preservação do patrimônio histórico e aqueles voltado para o urbanismo e a cidade. E, como se vê, a explosão dos estudos históricos na década de 1980 resultará em grande parte dos vestígios dessas heranças multifacetadas, bem como reitera o próprio foco no estudo do passado e da cidade antiga e suas formas sociais.

Nesse quadro, é importante ressaltar a própria tensão que pairava sobre a arquitetura, o urbanismo e seu devir nos anos 1980 e que tecem fios também herdados de outras temporalidades e dinâmicas culturais. Se muitos haviam rompido com seu próprio ofício (ou foram obrigados a se afastar dele) outros tantos haviam insistido, ainda mais radicalmente, em reposicionar as fronteiras entre conhecimento erudito e popular – renegando o lugar hierárquico (e naturalizado, até então) que arquitetos e urbanistas ocupam na concepção da vida coletiva.

É nessa direção que a herança de Artigas e Mendes da Rocha ou a busca de uma “poética da economia” pelo grupo Arquitetura Nova (ARANTES, 2002), formada por Flavio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro (KOURY, 2003)⁶ em São Paulo – duramente interrompida também pela ditadura – permanecia viva em São Paulo e circulava timidamente nos anos 1970 no Rio de Janeiro nos meios universitários.

Embora sujeita a conflitos ideológicos, esse posicionamento crítico das práticas arquitetônicas e urbanísticas, e que havia em São Paulo aproximado os arquitetos do canteiro de obras de modo artesanal ou da industrialização, acabava por diluir não só fronteiras sociais mas a própria figura do arquiteto. Entretanto, as discussões sobre os rumos de uma arquitetura da cidade, do urbanismo ou do planejamento urbano enquanto campos disciplinares que no contexto internacional mobilizava a área, ficaram suspensas e acabaram sendo deixada em segundo plano por uns e reforçada por outros diante da mesma urgência de se mudar o *status quo* de um Brasil dependente e pobre. (MARTINS, 2011)

No Rio, ao contrário, onde os embates ideológicos da própria esquerda no meio acadêmico das escolas de arquitetura parecem ter sido menores do que em São Paulo, certas trajetórias intelectuais e as experiências que levaram à cabo, insistiram, ainda na década de 1970, em fazer convergir arquitetura, urbanismo e, ainda antropologia como, por exemplo, na urbanização da favela de Brás de Pina com a visão reflexiva sobre o urbanismo, altamente atualizada, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. É importante sublinhar essa diversidade de posturas que no limiar dos anos 1980, acabava, muitas vezes, positivamente por diluir fronteiras de toda ordem, mas também por considerar supérfluas as práticas artísticas, arquitetônicas e de desenho da forma urbana.

Se por um lado, se observa um fértil entrosamento entre arquitetura e antropologia, entre arquitetura e tecnologia, ou ainda entre arquitetura e política, essa interação – para além da crítica ao autoritarismo dos *experts* profissionais e da imagem de suas arquiteturas e de suas cidades – era vivida dentro de um quadro ideológico de tal violência, real ou simbólica, que acabava levando à denegação, muitas vezes, da própria arquitetura.

A persistência das amarras da visão abstrata, funcionalista e padronizada de cidade dos anos 1970, somadas à militância política no sentido estreito da palavra – mesmo já no contexto de redemocratização do país – contribuíram para impedir uma auto-reflexão disciplinar, a começar por aquela que havia introduzido, no Brasil, os conceitos tanto de uma arquitetura irremediavelmente ligada à vida social e cidadina, quanto de planejamento urbano e de urbanismo, permitindo, agora, ressignificá-los. Entre o olhar abstrato, setorial e padronizado do pensamento funcionalista sobre a cidade e uma *arquitetura sem arquitetos* havia sido difícil, assim, encontrar um espaço de ação e, agora, se desvincilhar no campo do conhecimento de seus diferentes aparatos de luta, a começar de suas armadilhas teóricas.

Assim, os deslocamentos que iam sendo feitos no campo das ciências humanas e sociais em relação às suas próprias práticas históricas, suas formas de abordagem e o tratamento de seus objetos de estudo acabavam amortecidos. De fato, em se tratando de arquitetura e urbanismo, que incidem na construção material da cidade, tanto a naturalização dos estudos do passado e das formas sociais da cidade quanto sua justificativa política-ideológica escondiam uma dupla crise que em vários contextos havia impulsionado o próprio exercício autorreflexivo. Primeiramente, quanto à relação secular entre arquitetura e história. Em segundo lugar, quanto à própria percepção e crítica da cidade como forma construída – esta atitude em grande parte tributária da primeira.

214

Esse sombreamento da arquitetura e da materialidade da cidade nos anos 1980 fez com que a recepção da obra dos próprios historiadores e intelectuais já citado ecoasse apenas em parte no meio dos *arquitetos-historiadores*. Por outro lado, os esforços daqueles que, com ou sem eles, se envolveram em repensar os próprios vínculos entre arquitetura e, agora, o urbanismo e a história, se interrogando sobre as condições de possibilidade históricas destas práticas acabavam sendo ignorados, minorados. Ou pior, a partir do fim dos anos 1980 – quando os perfis de um campo historiográfico começam a desenhar-se, de fato, palavras de um novo vocabulário passariam a circular entre os autores locais – como os termos *campo, historicidade, historiografia* –, mas os próprios debates teóricos que as colocaram em um campo ampliado de discussões não tiveram a mesma escuta.

Sem essas ferramentas, as contribuições no sentido de esclarecer, apontar hesitações, fraquezas e impropriedades, ou as mudanças nas interpretações de autores franco-italianos que circularam à época no meio dos arquitetos foram percebidas, avaliadas, atualizadas ou descartadas por muito poucos. Como, por exemplo, a trajetória intelectual de M. Tafuri, V. Gregotti, A. Rossi, F. Dal Co, L. Benevolo mas também G. C. Argan, B. Zevi, F. Choay, M. Foucault, M. de Certe-

au, H. Lefebvre, M. Roncayolo, para citar apenas alguns. O mesmo pode-se dizer, por sua vez, da circulação das obras de historiadores oriundos do mundo anglo-saxão, como Colin Rowe, Kenneth Frampton e Alain Colquhoun e, pouco mais tarde, de William Curtis e Anthony Vidler na arquitetura e de Anthony Sutcliffe, Marcel Smets e Peter Hall, por exemplo, no campo do urbanismo. Mesmo as contribuições de G. Cullen, K. Lynch, Ch. Alexander, entre outros que também passaram a circular no país – e de certo contribuíram para uma melhor análise da forma urbana – ou na escuta dos atores sociais, foram sendo estudadas de modo atemporal e acrítico.

De fato, o impacto cultural no país dos anos de ditadura no campo da construção de um pensamento autônomo – e mais uma vez leia-se, aqui, a palavra “autonomia” de modo indissociável daquela de crítica entendida como inerente à construção de uma visão de história e vice-versa – pode ser medido ainda hoje, 50 anos depois do golpe de Estado na própria prática da arquitetura e do urbanismo. O legado dessa ruptura está na própria forma das cidades brasileiras hoje, que nos lembram, a cada dia, a dimensão dos desafios históricos colocados ao presente e ao amanhã. Talvez, aqui, possamos melhor entender com toda contundência as palavras de W. Benjamin sobre o anjo da história de Paul Klee: a barbárie que ele, desenganado, olha e o horizonte da ação e da utopia que ele, sem dizer, mas por contraste se sabe, precisa manter à sua frente.

215

Cidades: injustas socialmente, pouco cuidadosas com o que suas formas podem oferecer de bem-estar e de refinamento da inteligência e da sensibilidade aos seus habitantes, insalubres, insustentáveis, inóspitas, pouco atenta a direitos e deveres e que, decididamente, crescem sem governo e sem governança, acumulando desperdícios de capital humano e do trabalho coletivo.

Em resumo, pode-se dizer ainda, que as condições de possibilidade históricas de reflexão e ação sob o peso de anos de um silêncio de chumbo turvaram também os diálogos intelectuais de uma segunda “geração” de estudiosos das cidades. Agora, nos anos 1980, essas ideias tinham francamente a França como catalizador e esse foi o caso, por exemplo, de uma rede intelectual muito ativa da qual faziam parte, por exemplo, D. Calabi, J-P. Gaudin, J-L. Cohen, C. Bruant, J. Castex, Ph. Panerai, Ch. Topalov, J-Ch. Depaule, M. Eleb, entre outros. Reunidos em torno da construção de uma história da arquitetura e do urbanismo olhada sob a ótica da própria *fábrica*⁷ coletiva que é a cidade em seus artigos, livros e seminários desde o final dos anos 1970, estes autores passaram a chamar a atenção – ainda mais enfaticamente que seus antecessores ou mestres – para a construção cotidiana da *polis*, mostrando-se atentos à forma construída em seu processo de engendramento, e atenção às culturas e redes profissionais, aos ato-

res sociais, à dimensão política no seu sentido mais arcaico e pleno. Por outro lado, desde os anos 1980 mantiveram contatos estreitos com o meio brasileiro. Seus trabalhos traziam e trouxeram também contribuições à construção do espaço público, à formulação de políticas de estado e de governo, à administração municipal, às escalas de ação, às interações de saberes e à parte de respeito às diferenças e às subjetividades na construção do comum e na forma de dizer, administrar e espacializar cidades.

Ora, neste contexto, não foram suficientemente discutidos nem os deslocamentos de trajetória teórica da geração precedente como, por exemplo, de M. Tafuri ou de F. Choay, inclusive em seus focos temáticos ou câmbios de vocabulário, nem foram medidas as contribuições epistemológicas de outros pesquisadores ainda mais jovens, como B. Lepetit ou A. Picon que, no entanto, uns como outros passaram a incidir mundialmente na conformação da área.

Enfim, a entrada nestes debates de autores-arquitetos e urbanistas de língua espanhola de diversas gerações mais tardiamente e nos anos 1990 (ou, melhor dizendo, sobretudo, dos autores catalães), ou, mais recentemente, a circulação no Brasil de textos de autores italianos ou das mais diversas origens que haviam ficado à margem, bem como as razões destas exclusões ou das mudanças na conformação de muitas dessas nebulosas intelectuais, sequer foram ou são historicamente notadas, comentadas ou criticadas nos prefácios ou apresentações de suas obras no país.

Pode-se dizer que o pensamento de muitos desses autores que serviram de referência nos trabalhos da década de 1980-1990 ficou restrito à recepção e leitura de um ou dois livros e não foram estudados como processos intelectuais de construção de interpretações, argumentos, propostas. O que significa dizer que não circularam plenamente. Isto é, coletivamente, não serviram como matéria direta de reflexão nem sobre o lugar da história na arquitetura, nem sobre o que poderia significar discorrer sobre as próprias relações entre tempo, arquitetura, urbanismo e cidade. Enfim, não trouxeram subsídios para que as tradições disciplinares locais sob novas possibilidades epistemológicas pudessem ser enfrentadas.

Na verdade, apesar da novidade da tendência dos anos 1980, as relações entre arquitetura e práticas historiográficas acabavam sendo deixadas em segundo plano, seja pela deseducação política de modo geral, seja em reação a isso, por encontrar suas justificativas no plano político-ideológico, mas de uma maneira estrita. Em ambos os casos, o rebaixamento da análise da dimensão material da cidade colocava em cheque a própria (re)discussão dos fundamentos das práticas da arquitetura e do urbanismo em outras e novas circunstâncias.

Ora, em um campo quase inexistente, para que uma história ou uma historiografia propriamente dita da arquitetura e do urbanismo (re)tomasse forma no contexto brasileiro – seja privilegiando recortes temporais, temáticos ou poéticas – os desafios ao pensamento crítico, assim, eram inúmeros. Não bastava apenas considerar a cidade como forma social complexa, de um ponto de vista antropológico e cultural.

Para além do deslocamento de todo idealismo implícito na ideia tanto de homem universal quanto de homem-tipo, carecia também considerar a cidade concretamente, como forma material e construída. Por outro lado, era preciso ainda redescobrir e voltar a meditar sobre a potência da arquitetura e do urbanismo – enquanto práticas voltadas para o desenho da forma. Mostrava-se desejável avaliar também seus limites não apenas como símbolo mas como alegoria, tendo em vista a diversidade cultural e de leituras. Por fim, era preciso reinvesti-la como experiência e ensaio e reavaliar suas relações com o tempo e os próprios modos de vê-lo.

A mirada em direção ao passado vinha se encarregando de parte desse trabalho. Embora não conseguisse inspirar a própria atividade de concepção – como desejavam os arquitetos que defendiam uma história operativa e diretamente aplicada ao presente – ou promover uma crítica frontal ao funcionalismo – o que ainda perdura. Contudo, as novas práticas no campo da história pelo menos mostrava a enorme diversidade da vida social e seus enraizamentos culturais, como vimos e os desafios para qualquer refundação disciplinar em sociedades altamente complexas. Leia-se sociedades como a brasileira, onde culturalmente a diversidade é pouco mediada, marcadas pelas assimetrias sociais e pelas múltiplas visões de tempo e que são, assim, de grande imprevisibilidade no processo de construção de seus pactos coletivos.

No campo da operação historiográfica, isto se traduzia em focar arquitetos e urbanistas como atores sociais ou, simplesmente, considerar suas ações como posições e culturas temporalmente situadas, retirando a prática do projeto da espécie de metafísica – ahistórica, atemporal, a-social, portanto –, na qual ela, com frequência, se refugia ou é relegada, ainda que para buscá-la sob outras formas. Isto significava fazer convergir e se confrontar indivíduos, poéticas e culturas construtivas, técnicas, estéticas. Significava, enfim, questionar a manipulação da potência da arquitetura como símbolo – programa ao qual participaram os próprios arquitetos no século XX.

É esse quadro que baliza a recepção diferenciada no Rio e em São Paulo das experiências e embates teóricos travados no contexto italiano desde os anos 1960

sobre as relações da arquitetura seja com o tempo, seja com a cidade e a utopia, ou, em resumo, com a história e o poder.

No Rio, uma ponte importante na circulação de alguns destes temas e no enfrentamento de alguns pontos desta agenda foram as atividades desenvolvidas pelo grupo reunido em torno de Giovanna Rosso Del Brenna e Maria Pace Chiavari. Formada a primeira na Universidade de Gênova em História da Arte mas com um percurso que a aproximava dos estudos literários e urbanos, e a segunda em arquitetura em Florença, ambas haviam se instalado no Rio na década de 1970. Del Brenna possuía, ainda, um relação estreita com a Escola de Arquitetura de Milão, onde trabalhara. Por sua vez, Chiavari, também trazia para o grupo as marcas de Leonardo Benevolo, que ali trabalhara nos anos 1960.

Nas palavras de Chiavari, “Samoná e Piccinato, Tafuri e Cacciari [e ainda Benevolo], eram matéria de estudo e de debate [no grupo] num contínuo confronto de tendências, além disso eram animadas as discussões sobre Aldo Rossi e o discurso pós-moderno.” (CHIAVARI, 2013) Entretanto, as diferenças de formação – e teóricas – no grupo acabavam neutralizadas pelo duplo peso, tanto de Roma, de onde vinham os textos de Giulio Carlo Argan, quanto de seu discípulo Manfredo Tafuri, que de Veneza, desde fins de 1960, publicava seus *livros-manifestos*.

218

Argan, à despeito de suas posições políticas de esquerda, propunha uma história ao mesmo tempo social e interna da arte na qual sua posição ideológica mal se percebia. Seus livros dedicados à arquitetura e ao urbanismo examinavam o cruzamento de poéticas e culturas em diversas escalas, focando não só as obras mas seus autores em ação nas circunstâncias específicas de seu fazer. Obras como *Walter Gropius e la Bauhaus* (1951), *L'Europa delle Capitali* (1964), *L'arte moderna 1770-1970* (1970), *Storia dell'arte come storia della città* (1983) passaram a circular na década de 1980 no Rio em francês, mas sobretudo em espanhol, como suas conferências na Argentina reunidas em *El Concepto de espacio arquitectónico del barroco a nuestros días* (1961). A leitura de textos escritos em tão diversas circunstâncias, concomitantemente, permitia observar hesitações teóricas, mesmo quando se tratava de esclarecer conceitos – como os de arte moderna, neoclassicismo, romantismo –, tornando visível tanto a árdua tarefa de pesquisa quanto a hermenêutica que a sustenta.

Ora, a recepção da obra de Tafuri entre os arquitetos brasileiros que se moviam em torno da escrita historiográfica parece ter sido mais pontual e seletiva que a de seu mestre, embora tão desigual de um círculo de leitores a outro. Assim, o Tafuri lido no Brasil – ao que parece – foi muito mais aquele marcado pelo neo-marxismo e pelo estruturalismo de seus primeiros livros, sobretudo *Teorias e*

storia dell'architettura (1968) e *Progetto e utopia: architettura e sviluppo capitalistico* (1973), do que aquele que se movia entre *Il dispositivo Foucault* (1977) e *La sfera e il labirinto* (1980) em direção à Barthes, à história dos Annales e à Benjamin, ou para a micro-história de Carlo Ginzburg.

No Rio de Janeiro, a crítica à ideologia do projeto da escola veneziana se daria no próprio movimento de desconstrução que atravessava o campo do conhecimento como um todo e, assim, em debates transdisciplinares e metódicos, mais amplos. No meio dos arquitetos, a obra de Giulio Carlo Argan se imporia como leitura obrigatória já em meados dos anos 1980, tanto nos debates do campo da história da arte quanto desta *storia urbana* italiana praticada no Rio. A recepção de M. Tafuri foi na cidade pouco relevante na formação dos *arquitetos-historiadores* que passaram a atuar na década de 1980-1990 – até porque tardia no ambiente intelectual carioca.

Com certeza Argan foi lido mais no Rio de Janeiro e Tafuri em São Paulo. A mobilização que o *progetto storico* de Veneza provocou nos anos 1970 e parte dos 1980 nessa cidade se deve a substituição de sua “crítica militante dos partidários da modernidade por uma outra crítica igualmente militante e que atraiu na Europa como aqui, uma geração altamente politizada.” (COHEN, 1999, p. 34-45) Isto é se concordarmos também com Yves-Alain Bois, que lembrava em conferências no Rio que “a forma é sempre ideológica”, o Tafuri lido naqueles anos não auxiliava o historiador a cultivar a dúvida metódica de sua própria verdade.

219

É preciso lembrar que, ao longo dos anos 1980, o centro pulsante de discussões nas áreas da história da arquitetura e do urbanismo vinha se reconfigurando e se movendo, como dissemos, da Itália em direção à França e, pouco mais tarde, à Inglaterra, aos Países Baixos, à Alemanha, à Suíça, aos Estados Unidos. Entretanto, ainda que ela se fixasse na França durante pelo menos duas décadas, ela se moveria, a partir dos anos 1990, claramente em direção aos Estados Unidos, antes da heterotopia atual, segundo os ventos de diáspora de uma nova recomposição de forças.

Ora, “quando tudo que era sólido desmanchava-se no ar”, Tafuri acabava, ele também, por parecer se mover de um modo mais lento e mais rígido. De todo modo, na década de 1980 e sem confundir flexibilidade com ausência de rigor, nota-se que ele parecia se manter em um círculo virtuoso, idealista e até certo ponto “vicioso”: a sua crítica das questões ideológicas que permeiam o projeto se dava de modo igualmente ideológico.

Talvez, para a inteligibilidade desse processo – que também em muitos aspectos nada tem assim de brasileiro e local e foi muito mais amplo, pelo menos em uma

perspectiva europeia – sirvam aqui as considerações que J-L.Cohen tece sobre a mobilização que o *progetto storico* de Veneza – leia-se do primeiro Tafuri – provoca em meados dos anos 1970 também nos seus leitores franceses. Ele escreve:

[...] essa mobilização ocorria] no fundo, porque em sua crítica militante dos partidários da modernidade, ele [Tafuri] propõe uma outra crítica militante. Capaz de absorver as energia de uma geração altamente politizada [...]. Existe, com efeito, uma dimensão militante na energia com a qual os jovens historiadores [...] empenham-se em questionar os discursos anteriores, como se tratasse de uma ‘nova causa.’ (COHEN, 1999, p. 47)

As contribuições de arquitetos e urbanistas italianos circulava, assim, no Rio, a partir de uma grande diversidade de tendências e, além do mais, em um meio intelectual onde os limites da própria prática arquitetônica e urbanística tendiam a interagir mais de perto com outros campos disciplinares.

Este é um ponto a ser mencionado quando comparado às dinâmicas intelectuais de outras regiões do país, e, sobretudo, São Paulo, onde a obra do primeiro Tafuri parece ter sido mais relevante entre os arquitetos-historiadores que se firmaram na década de 1990 do que em outras cidades. (BRANDÃO; COMAS, 2013) Assim, a recepção das suas teorias em São Paulo, ao contrário do que no Rio, serviu de parâmetro para a ação de importantes atores e produziu orientações historiográficas e acadêmicas criticamente potentes, a partir do início dos anos 1990, como no caso de Carlos Roberto Monteiro Andrade e Carlos Martins. Entretanto, até começarem a ser deslocadas, recentemente, suas primeiras obras alimentaram uma crítica ideológica que, embora de diferentes matizes⁷ fecharam ainda mais o campo do conhecimento na área da arquitetura e do urbanismo, contribuindo para um silenciamento teórico grave que neutralizou a crítica dos “usos e abusos” da história e do passado. (SANTOS, 2011)

De todo modo, no Rio, os trabalhos do grupo de Del Brenna e seus interlocutores cariocas da área de história propriamente dita – como o historiador A. C. Marques dos Santos que iria orientar teses de importantes historiadores da arquitetura na década seguinte, por exemplo – tiveram grande ressonância e aceleraram o ajuste do foco temático dos estudos da cidade, trazendo-o para uma discussão da arquitetura e das formas construídas.

Colocando no primeiro plano a trajetória do arquiteto Grandjean de Montigny (DEL BRENNNA, 1979) e as obras urbanas realizadas pelo engenheiro e prefeito Pereira Passos (DEL BRENNNA, 1985), os seus livros contemplavam momentos de grandes obras públicas no Rio – no início do século XIX e na primeira década do século XX. Esse enquadramento temático permitia tecer paralelos com o cenário dos anos 1970-1980 de renovação urbana, forte especulação imobiliária

e de destruição de exemplares da arquitetura neoclássica e eclética da cidade, justamente da *cidade antiga*.

Ainda que sem enfrentar diretamente as perspectivas neomarxistas e a instrumentalização do passado e da história, as abordagens destes trabalhos, ao focar a história sob ângulos mais precisos graças ao lugar reservado às fontes primárias na argumentação, afastava idealismos ou simplificações e as desestabilizava. Enfim, ampliava-se o espaço dado à ação de engenheiros e arquitetos na cidade, consolidando as bases para uma história do urbanismo e da arquitetura que até o início dos anos 1980 vinha sendo sustentada de modo quase isolado por Alfredo Britto, por exemplo, na sua disciplina Arquitetura no Brasil na FAU-UFRJ.

Neste sentido, também é importante assinalar o trabalho, ainda mais solitário, de Alex Nicolaieff ou Italo Campofiorito que vinham trabalhando em escritórios de projeto de arquitetura, mas que, de par às suas culturas disciplinares, lançavam bases para a criação de serviços de estudo e proteção do patrimônio arquitetônico, paralelamente, à uma atenção às questões teóricas e conceituais. Estas iniciativas passavam a ser agora sedimentadas em um plano coletivo, inclusive com a contribuição de historiadores *stricto sensu*, como já mencionado.

O ADENSAMENTO DAS PEQUENAS NUENS:

ARTE, ARQUITETURA E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO DA ESCRITA DA HISTÓRIA

221

Na fermentação, ideológica, cultural e crítica do verão de 1980-1981, no contexto de reabertura política e cultural do país, foi publicado, em São Paulo, *Arquitetura contemporânea no Brasil*, primeiro livro em português dedicado a interpretar com maior sistematicidade a arquitetura do século XX no Brasil. Tratava-se, na verdade, de uma tese escrita mais de vinte anos antes pelo arquivista e paleógrafo francês Yves Bruand. Antes dele, sobre o tema, só existiam algumas poucas páginas das conferências de Paulo Santos em 1965 no 4º Centenário do Rio e que haviam sido republicadas com o título *Quatro séculos de arquitetura* (1977 e 1981), e outras tantas páginas de N. G. Reis Filho, *Quadro da evolução urbana no Brasil* (1978), já citado. Portanto, absolutamente dentro da tendência de retomada e expansão do campo historiográfico.

De certo modo, o livro de Bruand vinha afirmar os novos espaços dos estudos históricos, mas também abria novos espaços para a história da arquitetura e do urbanismo ao dedicar-se a eles especificamente. Entretanto, ele chegava tarde dentro das condensações de energia que já se acumulavam em direção à outras configurações na interpretação da história da arquitetura e do urbanismo no Brasil e, assim, foi lido à época por poucos e à sua própria posição no campo historiográfico foi parcialmente compreendida. (LEONÍDIO, 2006)

Contudo, a obra foi sintoma de claríssima mudança: passava-se de uma forma de discussão da história da arquitetura no Brasil do século XX, oral, realizada nas salas de aula, aprendida ou transmitida de geração em geração em círculos de afinidades e a partir dos depoimentos dos próprios personagens, para uma história escrita e inscrita nas páginas de livros. Por outro lado, se a arquitetura contemporânea tornava-se cada vez mais um objeto de estudo, ao mesmo ano nascia a ideia e a figura social do historiador da arte e da arquitetura como um especialista que, para produzir conhecimento, deveria ser capaz de extraí-las, no Brasil, da “sacralização de informações empíricas”.

De fato, naquele verão ocorria também o processo de seleção da primeira turma do curso de especialização em história da arte e arquitetura no Brasil, curso de extensão vinculado academicamente ao departamento de história da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), criado e coordenado pelo artista plástico Carlos Zilio: uma das mais fecundas experiências pedagógicas dos últimos 40 anos na área da história da arte e arquitetura no Brasil. Esse curso marcou, como o livro de Bruand, uma inflexão em direção à profissionalização da área.

Em 1975, ao lado de Carlos Vergara, Waltércio Caldas, José Resende, Baravelli e Gerchman, Bernardo Vilhena e Ronaldo Brito, Carlos Zilio criara *Malasartes* em momento dos mais duros da ditadura militar. De vida efêmera, a revista foi, contudo, intelectualmente e artisticamente instigante pelo seu tom preciso e cortante. O editorial da apresentação do seu nº1 declarava:

O interesse central de Malasartes são as artes visuais mas estaremos atentos a todos os campos culturais. Mais do que um objeto de arte procuraremos nos concentrar no estudo dos processos de produção de arte, na sua veiculação e nos mecanismos que a realimentam.. as revistas nas quais os artistas são maioria defendem um movimento, um ismo. Vindos de formações diferentes [...] o que nos une é um consenso sober o papel que a arte desempenha em nosso ambiente cultural e que poderia desempenhar. Malasartes é portanto uma revista sobre a política das artes. (M ALASARTES, 1975, p. 4)

Afastado da *Malasartes* e do país por razões políticas, após um longo exílio na França, onde faria um doutorado em história da arte na Universidade de Paris VIII, Zilio retornara ao país em 1980, e é nesse contexto que nasce o curso de especialização com uma agenda próxima daquela de cinco anos antes. Com os críticos de arte Ronaldo Brito, Fernando Cocchiarale e o arquiteto Jorge Czakowski, Zilio desenhou um verdadeiro programa de formação sobre a arte do século XX, voltado, ainda, para uma reflexão sobre a condição e a posição do campo no Brasil, no qual a arquitetura e o urbanismo, como sua extensão no século XX, estavam presentes.

Participavam, nas primeiras turmas, ainda, o crítico de arte e filósofo Wilson Coutinho, o *designer* Washington Dias Lessa, a historiadora da arte colonial Myriam Ribeiro, o arquiteto Antonio Pedro Alcântara, o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, o historiador Ricardo Benzaquem e o também filósofo Eduardo Jardim. Eram próximos ao curso e se incorporariam mais tarde ou seriam seus professores convidados ou palestrantes, intelectuais de formação estética e cultural rigorosa como Paulo Sérgio Duarte, Katia Muricy, Gerd Bornheim e, em fins dos anos 1980, José Thomaz Brum e Paulo Venâncio Filho.

O impacto do curso de especialização no sistema de arte no país ainda está para ser avaliado, sobretudo no período em que Carlos Zilio foi seu coordenador e atuou nele como professor de 1980-1994, tanto na formação de várias gerações de artistas quanto na formulação de políticas para a área. Entretanto, é possível afirmar que ali, desde os anos 1980, foram dados os primeiros passos no sentido de criar uma formação rigorosa em história da arte e da arquitetura que passou a se desdobrar e deixar as marcas das orientações de seus professores em inúmeras instituições em várias regiões do país sob forma de pesquisas, livros, exposições e, antes de tudo, como uma atitude diante da arte e do conhecimento.

Em sua declaração de princípios o curso afirmava para o campo da arte uma “proposição epistemológica específica, diversa da empiria nacional e das armadilhas ideológicas”, evitando qualquer instrumentalização do pensamento e confiante nas possibilidades ilimitadas da interdisciplinariedade. De sua *Gávea* – nome poeticamente utilizado para nomear a revista do curso e que seria criada em 1984, com editoria da curadora Wanda Klabin⁹ –, buscava-se observar “intensamente às mudanças [e] analista das nuances [permanecer] aberto a perceber sinais reveladores”.

A arquitetura no século XX – e a cidade como seu campo ampliado de ação e, portanto, o urbanismo como seu horizonte – estavam, aqui, diretamente ligadas à arte e mostrava confiança nas possibilidades da interdisciplinariedade, reunindo professores de diferentes perfis – filósofos, historiadores, historiadores de arte, críticos, *designers*, arquitetos e antropólogos. Beneficiando-se desse ambiente, a produção do curso procurou ser efetivamente crítica, historiográfica, no segundo sentido do termo, e revelou uma visão de cultura que insistia em apreender o Brasil em um contexto global – retirando-o da secular insularidade a que lhe condenam a maioria dos seus intérpretes.

A *Revista Gávea* destinava-se a difundir os trabalhos de alunos e professores e textos de difícil publicação no país. Na urgência da ação, o nº 1 de *Gávea* inspirava-se sem pudor em *October*, mas fazia cotejar Duby, Rykwert, Kraus e Damisch com assuntos brasileiros como a arquitetura do Vale do Paraíba, Iberê Camargo,

Volpi, Ligia Clark, Mestre Valentim, o concretismo e a Academia de Belas Artes no século XIX. Em 1993, com o curso em seu ápice, a *Gávea*, em seu nº 10, já havia publicado: Schorske, Argan, Baker, Alain-Bois, D'Ors, Henric, Junod, Schapiro, Blistène, Colquhoun, autores até então inéditos no país. Por sua vez, o curso havia recebido dezenas de palestrantes franceses, ingleses, portugueses, norte-americanos dentro de sua política de internacionalização do campo.

O impacto do curso de especialização no sistema de arte no país ainda está para ser avaliado tanto na formação de várias gerações de artistas quanto na formulação de políticas para a área. Desde o final dos anos 1980, os alunos passaram a desenvolver trabalhos de conclusão sobre temas brasileiros apoiando-se na sistematização de fontes primárias, no contato com as obras estudadas e com as situações e condições de concepção. Não se tratava de atitude localista, mas da certeza de que inserir as questões da visualidade e da espacialidade locais deveria interrogar, antes de tudo, objetos teóricos próximos às suas experiências.

Dessa formação, sairiam exposições, catálogos e livros sobre temas relevantes para a compreensão do campo no Brasil. Ressaltam-se, na década de 1980, *Salão de 193 – marco da revelação da arte moderna em nível nacional* (1984), por MC. Burlamarqui e L. G. Vieira, ex-alunas; *Carlos Leão* (1985), por J. Czaykowski, então professor do curso, e que foi a primeira exposição sobre um arquiteto moderno a ocupar o Museu Nacional de Belas Artes no Rio; e, também, de certo modo articulada ao curso, a mostra e o livro *Le Corbusier e o Brasil* (1987).¹⁰ Nos anos seguintes dentre várias exposições dedicadas a artistas brasileiros como Goeldi e Guignard, no curso também se destacaria a pesquisa intitulada *Nativismo carioca de Grandjean de Montigny a Le Corbusier*, envolvendo o estudo de arquitetos modernos, particularmente Aldary Toledo, Carlos Leão e Jorge Moreira, comparando-os com arquitetos neo-clássicos.¹¹

A meta em relação aos arquitetos brasileiros ou que trabalharam no Brasil seria formar o que se chamou, à época, *Arquivos da Arquitetura Moderna no Brasil* (1988-1989) e que, no sentido arganiano, deveria cobrir a documentação da arquitetura no Brasil desde Grandjean de Montigny no início do século XIX até a atualidade. Embora a ideia dos arquivos não tenha saído do papel, ela geraria uma série de trabalhos de caráter monográfico no início dos anos 1990, sem precedentes.¹² O curso de especialização passou a revelar, agora, os trabalhos de jovens historiadores formados com um novo perfil interdisciplinar, como Maria Cristina Cabral, Rosa Ribeiro, Fabiana Izaga, Vera Beatriz Siqueira, Roberto Conduru, Masao Kamita que se dedicariam, respectivamente, à organização, interpretação e difusão das obras de Lina Bo Bardi, Severiano Porto, M. M. M. Roberto, Burle Marx, Aldary Toledo e Álvaro Vital Brazil, Affonso Reidy.

A partir de 1987, o curso de especialização passou a fazer parte da formulação do 1º programa de pós-graduação do país inteiramente voltado para as questões culturais e epistemológicas, de onde a ênfase autorreflexiva: o mestrado e doutorado em História Social da Cultura da PUC-Rio. A proximidade com historiadores solidamente atuantes na área da história da cultura reforçaria a profissionalização de alguns dos alunos que haviam se decidido por uma carreira acadêmica.

A primeira dissertação defendida no mestrado em História Social da Cultura foi dedicada à obra de Lucio Costa (1991), figura central para a compreensão da renovação da arquitetura no Brasil do século XX e para o urbanismo. Além de um cotejamento rigoroso entre o discurso e a obra de Lucio Costa, significou o primeiro esforço de elaboração de um catálogo metódico sobre a obra do arquiteto e urbanista após a iniciativa pioneira de A. Xavier (1962), e foi referência importante até que fosse publicada sua autobiografia, *Registros de uma vivência* (1995). Seguiriam-se, ainda como resultado daquela política, e, agora, como dissertações, trabalhos de fôlego sobre Affonso E. Reidy (1994) e Lina Bardi (1994), por exemplo, ambos recomendados para publicação mas que permaneceriam inéditos devido à crise econômica que passaria atingir o Rio, entre outros fatores.

Dessas experiências pedagógicas rapidamente se impôs uma certeza: a construção de uma história e uma historiografia em bases mais rigorosas necessitava da organização de acervos, veículos acadêmicos de difusão e um trabalho de articulação das pós-graduações que começavam a surgir.

225

Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ) cabe a J. Czajkowski a preocupação em dar à documentação um suporte fundamental criando, em 1982, o Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) – dedicado a preservar o que havia restado dos acervos de professores e alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) e que também publicaria a *Arquitetura Revista*, entre 1983 e 1990. Entretanto, também devem ser mencionados os esforços de Alfredo Britto e Fernando Bumeister para preservar o acervo de Paulo Santos, um dos mais importantes historiadores da arquitetura e do urbanismo no Brasil nos anos 1945-1970, criador da primeira cátedra organizada na FNA dedicada à *Arquitetura no Brasil*.

INSTABILIDADES E NOVAS CONFIGURAÇÕES

A partir de fins dos anos 1980 uma nova correlação de forças econômicas beneficiou São Paulo, que se afirmou nos estudos históricos da área até meados dos anos 1990 graças, nesta fase, sobretudo, ao mundo editorial. As principais

editoras especializadas ou com títulos dedicados à arquitetura e ao urbanismo do país – como a *Perspectiva*, a *Nobel* ou a *Projeto*, por exemplo – estavam instaladas ali e cresceram na década de 1980. Além disso as duas revistas técnicas de maior circulação no país – a *Projeto*, em nova fase desde 1977 sob a direção de Vicente Wissenback, e a *AU*, criada em 1985 por Mario Sérgio Pini – também eram editadas e distribuídas nacionalmente a partir de São Paulo. No Rio, a reabertura do país estimulou a reedição da antiga revista *Módulo*, criada por O. Niemeyer, mas que teria vida curta.

Pode-se dizer, entretanto, que as revistas acabavam tanto por fazer circular o pensamento saído das academias quanto respondiam às demandas imediatas do meio local. Assim, a instrumentalização da arquitetura pelo viés militante, já mencionado, não era discutida frontalmente. Tampouco a instrumentalização presente naqueles que continuavam a debater a operatividade da história, considerando-a como uma exterioridade, linguagens, a serviço de um *métier*. Por fim, não se conseguia ampliar a atitude autorreflexiva do próprio campo – que, como se viu, passava a se entender como conformado por culturas disciplinares e visões de arquitetura, de urbanismo, de cidades e, assim, de história. S. Silva Telles falará de uma atitude “anti-intelectual do meio” que parece ter se acentuado junto à grande parte da parcela de arquitetos que viria a ser atuante nos meios acadêmicos nas décadas seguintes

226

Embora muitas de suas colunas apostassem em um viés mais especulativo e crítico – o que a própria *AU* ao ser criada buscava acentuar –, em um momento de redemocratização e de utopias essa instrumentalização era, ao contrário, potencializada pelo foco pragmático e profissional dominante nas revistas.

É evidente que essas configurações interferiram na recepção e leitura da fratura epistemológica, inclusive em arquitetura e urbanismo, dos anos 1970-1980, na recepção de autores e teorias e no próprio diálogo e compreensão das trajetórias intelectuais de diferentes pesquisadores e historiadores atuantes em um campo dinâmico, como o daquela década.

Nas pontes entre historiadores-arquitetos e os projetistas propriamente ditos, *Projeto* e *AU* desempenhariam um importante papel difundindo pesquisas acadêmicas e pontos de vistas. Contudo, seus perfis, híbridos, não favoreciam, evidentemente, discussões historiográficas e uma importante construção ideológica tomou forma nas publicações à época: a associação de uma visão de história com a questão identitária.

De fato, dado o alcance nacional das mesmas naquela década elas balizaram ou construíram o modo de falar do meio, sobretudo na ausência de vozes com po-

der e amplitude nacional comparáveis. A partir de 1988, a *AU*, por exemplo, passou a usar com frequência adjetivos para designar a arquitetura praticada no país e que se difundiu sem crítica como, no máximo, uma reação do meio paulista e paulistano que foi entendido como hegemonia cultural carioca, comparando-se o incomparável e, pior, sem que fosse feito um trabalho interno de discussão das interpretações e narrativas do ponto de vista teórico, metodológico, político, necessário entre os próprios pares.

De fato, expressões como escola “carioca” ou “paulista”, arquitetura “cearense” ou “paraibana” passaram a circular no meio profissional e acadêmico. Ao lado de um recorte tipológico ou estilístico, que se multiplicou em dezenas de inventários infundáveis, percebe-se nesse uso também o impacto da ideia de “regionalismo crítico” defendida por Kenneth Frampton a partir de 1983 (1985).

O uso de adjetivos, nacionais ou regionais, havia sido debatido nas décadas de 1930 e 1940 no contexto de criação da primeira cátedra de estudos da história da arquitetura do país por Paulo Santos. A disciplina foi intitulada *Arquitetura no Brasil* em detrimento de *Arquitetura Brasileira*, evitando justamente as apropriações e leituras da prática da arquitetura como suporte de discursos nacionalistas, identitários ou simbólicos. Fixantes e fixadores. (COSTA, 1991)

227

As armadilhas dessa construção foram percebidas por contemporâneos e tratadas nas próprias páginas das revistas. (KATINSKY, 1988) Entretanto, passaram despercebidos diante da avalanche de estudos sobre “o lugar”, o não “lugar”, a cidade “genérica” e uma série de estudos topofílicos que confundiam estudos culturais com estudos identitários ou se apoiavam na psicologia de Hall e Lynch e na fenomenologia de Merleau Ponty e de Norberg-Schulz dos anos 1960, sem muitas mediações.

Na verdade, nas revistas técnicas, somavam-se questões *pragmáticas* e imediatistas do meio profissional e *programáticas* advindas de posturas neo-marxistas – e, portanto, mais politizado. Ambas acabavam por favorecer a circulação e recepção de textos históricos de natureza operativa, estilística, preocupados mais com linguagens do que com poéticas, ou que se apoiavam claramente nas questões topofílicas-identitárias. Em outras palavras, *pragmáticos* e *programáticos*, ambos se preocupavam, embora por caminhos diversos, com uma prática da arquitetura socialmente “útil” e passível de ser também *diretamente* “aplicada”.

Independentemente ora destas crivagens ora de seu entrelaçamento, certamente revistas desempenharam papel importante nesse momento inicial, de (re)construção da área, permitindo que a própria ideia de uma “produção de pes-

quisas históricas” começasse a se tornar perceptível no meio dos arquitetos e urbanistas ao conectar uns e outros com historiadores, em maior e menor grau, como se viu, nacionalmente.

A ação de alguns articulistas que começavam suas carreiras nos anos 1980 nas suas redações foi particularmente importante no sentido de abrir os espaços das seções *Ensaio e Pesquisa (Projeto)* e *Documento (AU)* ao trabalho acadêmico como Ruth Verde Zein e Hugo Segawa, na primeira, e Cecília Rodrigues dos Santos na segunda, com a contribuição de Ana Luiza Nobre, já no início da década de 1990. É notável que o pragmatismo e a profissionalização do mundo da construção, da técnica e do trabalho também inibiram a prática de uma história diletante, o que se produziu, por exemplo, mais marcadamente na área do urbanismo.

R.V. Zein e H. Segawa, hoje professores da FAU-Mackenzie e da FAU-USP, desempenharam um importante papel de articulação dessas forças dispersas e, muitas vezes, divergentes em suas visões da profissão. Participaram também ativamente das Bienais de Arquitetura Latino-Americana e dos Seminários de Arquitetura Latina-Americana (SAL), criados em 1985 em Buenos Aires. (RAMIREZ NIETO, 2013) Esses eventos amplificaram interlocuções também internacionais com arquitetos de várias gerações igualmente atentos à relação entre pesquisas históricas e práticas projetuais na América Latina; como S. Arango, na Colômbia, M. Waisman, na Argentina e C. Fernández Cox, no Chile. Por sua vez, C. H. Rodrigues dos Santos fomentaria os diálogos nacionais entre historiadores e projetistas, vendo a história “encarnada” nos corpos, nos desenhos e na prancheta dos próprios arquitetos. Como de resto, Michel de Certeau aprendera a ver com F. Choay nos seus textos sobre as visões de mundo dos urbanistas desde 1965 e que o inspiraram a compreender que as narrativas históricas são também, como o gesto de arquitetos e urbanistas, visão e ação. (DOSSE, 2004)

Na *AU*, esses diálogos ganharam mais sistematicidade interna com C.R. dos Santos, hoje professora da FAU-Mackenzie que já havia trabalhado como correspondente internacional da *Projeto* e com A. L. Nobre, hoje professora no curso de arquitetura e urbanismo da PUC-Rio, que reforçaria também a tendência crítica da revista, afirmadamente desejada quando da sua criação.

Nessas sucessivas concentrações de pesquisadores formadas nos anos 1980 também voltam a ganhar visibilidade arquitetos atuantes na área da história desde os anos 1960, como Alfredo Britto, no Rio, já citado, e Alberto Xavier, em Porto Alegre. Com A. L. Nobre, ambos publicariam *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro* (1991) uma das primeiras indexações de centenas de obras do século XX sobre a cidade. Xavier percebeu o valor das antologias para a formação de um campo de debates e, com um agudo sentido histórico, realizou

uma primeira coletânea com textos de L. Costa (1962), e publicou também, em 1987, *Depoimentos de uma geração*, com textos de arquitetos brasileiros atuantes a partir de 1920 -1930.

Na década de 1980, uma outra nebulosa autônoma e igualmente densa vinha se formando em Porto Alegre na Universidade do Rio Grande do Sul em torno do arquiteto Carlos Eduardo Comas, com a colaboração, mais tarde, de Edson Mahfuz, ambos com formação norte-americana. Graças à mediação de redes profissionais e de sociabilidade capitaneadas por São Paulo, as nebulosas das instituições profissionais e das revistas de arquitetura do Rio e de Porto Alegre começaram a se cruzar. Com a exposição e o livro *Le Corbusier e o Brasil*, a partir de 1987, fixava-se uma primeira conexão, alimentada no *Congresso Brasileiro de Arquitetura*, realizado em São Paulo pelo IAB, em 1991, em homenagem a Lucio Costa.

Ora, o interesse de C. E. Comas pelas questões históricas foi tecido nas páginas da *AU* e da *Projeto* enfocando projetos de Niemeyer e justamente de L. Costa. Sua relação com a história, até meados dos anos 1980, era secundária e, como declarou recentemente com ironia, passou a fazer trabalho de historiador, como “curioso”, “quando não conseguiu mais projeto”. (COMAS, 2011, p. 142)

Historiador ou não, como declara, a partir de seu texto mais importante devotado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) (1987), publicado na *Projeto*, suas publicações foram se tornando uma das referências incontornáveis para qualquer projeto coletivo de retomada crítica da história da arquitetura no Brasil. Comas começou a cultivar o gosto pelo passado nos Estados Unidos nos anos 1970, dedicando-se, intensamente, à arquitetura “moderna”. O termo lhe chamou a atenção desde cedo, em Porto Alegre, pelos diferentes sentidos em que era empregado. Na biblioteca da *Penn University* descobriu com Rowe, Le Corbusier, Palladio (COMAS, 2011) as direções que definiriam suas abordagens na análise visual e formal: a atenção às tipologias e às rupturas nas temporalidades. Com C. Rowe, de recepção mais difusa entre nós, aprenderia, assim, a observar os jogos formais anacrônicos que cada arquiteto escolhe dentro de um conjunto de agenciamentos que fazem parte da bagagem da cultura da profissão e que declina, reinterpreta, reinventa, fazendo-os parte da sua própria “valise”.

Com Edmund Bacon – com quem cruzava na *Penn* – e seu livro *Design of cities* (1976), muito lido no Rio dos anos 1970, desenvolveu o interesse pela composição e pela forma das cidades. Talvez tenha sido esse interesse sobre as geometria simples que os arquitetos manipulam a partir de uma cultura disciplinar e seu interesse pelas questões da arquitetura do século XX – isto é, quando ela passa a ser forma de uma visão de cidade, e urbanismo, em seu diálogo com o sí-

tio, com o lugar, com o clima, com a rua, com o lote, com o bairro – que também o aproximaria, a partir do fim dos anos 1980, das ideias Philippe Panerai, Jean Castex e J. Ch. Depaule em *Formes urbaines de l’ilot à la barre* (1980).

Não é possível desenvolver, aqui, seu diálogo com outros autores – Jacobs, Colquhoun, van Zanten e mesmo Venturi (COMAS, 2013) – que o ajudaram a formar seu olhar e seu discurso na constante reflexão sobre o processo de projeto, relacionando soluções com o *campo ampliado* da própria cidade. O conceito de Kraus, aliás, veiculado em texto publicado em *Gávea* nº 1, aqui, é usado para sublinhar a natureza espacial da arquitetura e essa articulação rara que fazem poucos, tanto no campo dos historiadores da arquitetura que continuam pensando em objetos totalmente autônomos e desenraizados quanto no campo dos historiadores do urbanismo, que continuam falando de cidades e de desenho sem forma e matéria.

A PUC de Campinas formaria também muito rapidamente uma importante nebulosa crítica. Sob a coordenação de S. S. Telles, secundada por Maria Beatriz Aranha e com a participação de Silvana Rubino, Abilio Guerra, Ricardo Marques, Mario Henrique S. d’Agostino, Wilson Ribeiro, Aurea P. da Silva, Wilson Mariana, Luiz Espallargas, Marco do Valle, Denio Benfatti, Vera Santana da Luz foi criado o mais profícuo e importante departamento de história e teoria da arquitetura do país.

É importante também assinalar, dentre os muitos autores discutidos ali, nomes como o do antropólogo Antonio Arantes ou dos filósofos Bento da Silva Prado Jr., José Arthur Giannotti, Maria Lucia Cacciola, Otília Arantes que tangenciavam ou enfrentavam diretamente em meados dos anos 1990, as questões da arquitetura, da história e da cultura – e, sobretudo, da vida coletiva no século XX. De todo modo, no departamento de história e teoria da FAUPUC de Campinas se discutiu durante mais de uma década arquitetura e urbanismo e posições intelectuais de modo aberto e engajado na vida pública, ainda que, como próprio dos tempos, de forma muitas vezes muito mais “abstrata” do que “históricamente situada”.¹²

Entretanto, usando aqui uma comparação de Telles entre Rio-São Paulo naqueles anos: essas discussões se davam de forma muito mais “domesticada que pública”, dada a lateralidade da própria faculdade em relação ao grau de institucionalização de outras escolas, como a FAU-USP.

É importante assinalar nos anos 1980 alguns pontos de conexão entre alguns professores do curso de especialização da PUC-Rio e da FAUPUC de Campinas – ainda que isso não significasse qualquer interação regular mais ampla. Luís Es-

pallargas Gimenez, professor em Campinas, publicaria na Gávea nº 6, a convite de J. Czajkowski, um texto sobre Gaudí, fruto de suas observações barcelonesas durante a realização de seu doutorado naquela cidade. Sophia S. Telles, historiadora e filósofa, por sua vez, havia participado da experiência de *Malasartes* e próxima de Baravelli, possuía afinidades com o grupo do Rio, particularmente com Ronaldo Brito. (TELLES, 2011)

As lembranças de Telles sobre suas leituras no Rio no grupo de *Malasartes* na década de 1970 revelam a circulação de textos de um conjunto de autores franceses, norte-americanos e alemães – Merleau-Ponty, Greenberg, Schapiro, Adorno, Rosenberg, Blanchot ou Bataille, Habermas, Lacan, Derrida, Deleuze – tão plural, – mas no mesmo movimento de desconstrução e reflexividade no meio das artes plásticas e da cultura que vinha insuflando, cada um a seu momento, o movimento teórico de desconstrução e reflexividade nos anos 1970-1980 e do qual partilhavam os professores que formaram o curso de especialização e o mestrado em história social da cultura da PUC-Rio. Note-se, ainda, que, sem qualquer preconceito em relação à literatura norte-americana em um meio de “esquerda”, o que era incomum à época, e que buscava separar questões ideológicas das intelectuais.

Embora sem propriamente intercâmbios diretos, em Campinas, quase no mesmo período que no Rio, no curso de especialização e no mestrado em história social da cultura, passou-se a ser desenvolvida uma política de constituição de *dossiers* sobre arquitetos brasileiros, e suas obras passaram a ser rigorosamente organizadas. Esses levantamentos sobre *Oscar Niemeyer* (TELLES, 1988), *Lina Bardi* (RUBINO, 2002), *Artigas, Lucio Costa* (GUERRA, 1989; COSTA, 2002), Rino Levi, (ANELLI, GUERRA; KON, 1993), por exemplo, deram origem a artigos, livros dissertações e teses, muitos trabalhos tendo como objeto de estudo questões de natureza historiográfica. (GUERRA; RUBINO, 1992)

O primeiro artigo de Telles, publicado, de resto, no Rio – *A arquitetura modernista. Um espaço sem lugar* (1983), guardava um tom, próprio da época, excessivamente apriorístico e distante de arquitetos e obras tratadas. Pode-se dizer que foi entre sua dissertação de mestrado não publicada, intitulada *Arquitetura Moderna no Brasil – o desenho da superfície*, dedicada, particularmente, à obra de O. Niemeyer (1988); *Lucio Costa. Monumentalidade e intimismo* (1989) e *Museu Brasileiro da Escultura* (1990), sobre os seu embates na análise desta obra de Paulo Mendes da Rocha, que se revelaria sua excepcional capacidade de análise, abandonando certa exterioridade na construção de sua narrativa e trazendo leituras instigantes sobre temas incontornáveis para uma historiografia da arquitetura no Brasil, mais ciente de si.

Nos debates do departamento de história da PUC de Campinas muitos dos trabalhos ganharam densidade nos anos 1990 e, graças aos debates, foram sendo construídos solidamente do ponto de vista da condução controlada do discurso, beneficiando-se do diálogo com as ciências humanas e sociais, como a antropologia, a sociologia e a história.

De todo modo, dentre outras iniciativas na PUC de Campinas, merece relevo a revista *Oculum*, editada desde 1992 por 10 anos sob a responsabilidade de A. Guerra, promovendo, ainda, debates, palestras, exposições, seminários. Guerra é hoje professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e é editor, com Silvana Romano Santos, da Romano Guerra Editora e do portal *Vitruvius*, além de coordenar o conselho editorial da revista científica *Arquitextos*, a mais importante revista eletrônica do Brasil, senão da América Latina, editada também em espanhol, com sede em Barcelona.

Na área da história do urbanismo também seriam criados os cursos de especialização, em 1995, em “Urbanismo Moderno e Contemporâneo”; em 1996, o de “Gestão do território”; e, em 1998, o de “Patrimônio Arquitetônico: teoria e projeto” e, ainda, em 1997, o mestrado em urbanismo, sob a coordenação de Ivone Salgado. Nesses anos, a PUC de Campinas, com o aporte também de Raquel Rolnik, participaria da internacionalização acelerada da área, iniciada em fins dos anos 1980, no Rio, ampliada com a ação das revistas *AU* e *Projeto* e, sobretudo, com a preeminência cultural e econômica que a cidade de São Paulo consolidava entre 1992-1994 com a realização das Bienais de Arquitetura (BIA). Foram convidados para seminários e palestras J. Rykwert, A. Picon e G. Teysot e, ainda, no plano nacional, a pós-graduação contou com a contribuição de historiadores de várias gerações como N. G. Reis Filho ou Helian Angotti para proferir conferências ou ministrar cursos, formando outras tantas gerações de historiadores. Entretanto, a partir dos anos 1990, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo perde muitos de seus professores, cansados das desinteligências universitárias ou por outras razões.

De fato, a reflexão sobre essas trajetórias em suas diferenças, proximidades ou movimentações, auxilia-nos a melhor estabelecer os percursos individuais e coletivos – alguns isolando-se teoricamente, outros se refundando, outros se afastando dos seu centros de interesses iniciais ou cristalizando-os.

OS PADADOXOS DAS DIÁPORAS E AVALIAÇÕES LACUNARES:

AMPLIAÇÕES E DISPERSÕES DO CAMPO

Quando as primeiras nuvens de pesquisadores e suas produções começavam a se tornar mais próximas e densas, observa-se por volta de meados da década

de 1990 uma reconfiguração da área de história da arquitetura e do urbanismo. Como costuma ocorrer, no movimento de expansão do campo ele se fragilizaria, esgarçando áreas anteriormente consolidadas, criando outras. Inicia-se, então, uma vasta construção de intercâmbios mais regulares entre pesquisadores de grupos no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Campinas, São Carlos, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Brasília. Por outro lado, o campo do urbanismo até então mais neutro se mobiliza e se consolida mais rapidamente, enquanto o da história da arquitetura – embora multiplicando dissertações, teses e livros – não consegue, como – movimentação coletiva – se reconfigurar plenamente. Talvez, justamente por possuir já àquela altura diferentes orientações claramente reconhecíveis.

No Rio de Janeiro a crise econômica favorece a dispersão. O projeto de formação de um historiador da arquitetura vive as oscilações do momento e perde muito de sua força. A experiência pedagógica da PUC de Campinas perderia também parte do seu elan inicial e vários de seus professores passam a atuar em outras universidades em São Carlos, no Mackenzie, na USP.

A FAU-USP, justamente se afirma e a área de história como um todo, já a partir do final da década de 1990, passa a crescer em número e se renovar. Nesse processo foi capital a contribuição de uma geração formada na própria faculdade. (GUERRA, 2010) Entretanto, dada as suas dimensões e a de seus programas de pós-graduação ou, ainda, as tendências aparentemente paradoxais que podem ser observadas de modo geral, a FAU-USP mereceria que sua história institucional nas décadas de 1980-1990 (e dentro dela a pós-graduação na área de história) fosse estudada quase ano a ano.

233

No campo da história da arquitetura do século XX, por exemplo, destacam-se na década de 1990 alguns poucos pesquisadores levando-se em conta a amplitude da instituição, como Paulo Bruna e Fernanda Fernandes, que se dedicariam à uma atividade regular de publicação e participação em eventos mantendo vivo o nome da Escola. A área só ganharia força a partir dos anos 2000, com o ingresso na escola de H. Segawa e Maria Alice Junqueira Bastos, entre outros. Por sua vez, a crítica historiográfica só começaria a produzir resultados ainda mais tarde, graças ao aporte de José Lira.

Por outro lado, é certo que a grande nebulosa dos estudos urbanos e da história do urbanismo se faz notar como elemento novo nos anos 1990. Aí se notabilizam os esforços de Maria Cristina Leme, visíveis já em 1998 com a publicação de *Urbanismo no Brasil*, obra coletiva da rede de pesquisa coordenada e animada por ela com a participação de mais de uma dezena de pesquisadores de todo o país. A partir do início dos anos 2000, a FAU-USP torna-se presente na maioria

dos cursos de pós-graduação que vão sendo criados no interior de São Paulo, no Centro-Oeste, em Minas Gerais ou em capitais no Nordeste. Mas arquitetura e urbanismo e suas histórias continuariam separadas.

Na Universidade Federal da Bahia, os cursos de pós-graduação criados em 1983 na área de preservação do patrimônio agora dividem espaço com a área da história do urbanismo. Em 1990, seria realizado em Salvador o primeiro Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), conduzido por Ana Fernandes e Marco Aurélio F. Gomes, uma emanção da ANPUR desde seus primeiros dias e hoje em sua décima terceira edição. Reunindo pesquisadores de várias regiões do país e itinerantes desde então, estes seminários estabeleceriam uma zona de força de expansão da área em direção ao Nordeste, com fortes conexões uspianas.

Em Salvador, foi criada em 1992 a representação do DOCOMOMO no Brasil, por iniciativa de Anna Beatriz Galvão, que depois de hesitações instala-se e passa a ganhar expressão a partir de São Paulo sob a coordenação de H. Segawa. Hoje com diversas sedes regionais, o DOCOMOMO fomenta a pesquisa em arquitetura no país, cimentando as relações entre pesquisadores por todo o país, mas com orientações teórico-metodológicas indefinidas.

234

O mestrado em desenvolvimento urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE), criado em 1974, também veria reforçar-se sua área de história do urbanismo. Virgínia Pontual, com formação também uspiana, ali se destacaria ao lado, mais recentemente, de Fernando Moreira. Sonia Marques e Luiz Amorim, foram dos raros professores que se dedicaram em Recife à história da arquitetura do século XX, que hoje conta também com a contribuição de Guilah Naslavsky. Assinale-se que o próprio processo de consolidação dos estudos históricos e suas orientações teóricas nesse grande arco-científico que se espalha de Salvador e Recife também aqui carece de análises. Os perfis de professores de diferentes gerações é teoricamente múltiplo, igualmente cosmopolita em relação aos seus pares na região Centro-Sul e, igualmente, precede e sucede – quando observadas temporalidades mais longas – o *boom* e a [nova] profissionalização da área a partir dos anos 1980.

Dentre as nebulosas de maior formato, que também mereceria um estudo mais detalhado, está o mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, em São Carlos (EESC-USP). Naquela cidade, reuniu-se desde 1993 um conjunto notável de arquitetos que, com igual peso, participam das áreas de história tanto da arquitetura quanto do urbanismo, e, inclusive, articulando-as com as áreas voltadas às questões construtivas e tecnológicas que definiam o seu curso de mestrado criado na

década de 1970, renovado nos anos 1990. Essa conexão ou a promessa de sua possibilidade epistemológica – como é de se esperar –, acaba por fazer lembrar das dificuldades que a área enfrenta tanto para definir-se quanto para fazer ver sua particularidade junto às autoridades competentes no acompanhamento dos programas de formação.

De fato, a expressão “formação generalista” do *engenheiro-arquiteto-urbanista*, ao qual nas últimas décadas agrega agora a do *paisagista*, esconde uma discussão conceitual que se faz a cada dia mais necessária quando se trata de práticas transdisciplinares por excelência, como a arquitetura ou o urbanismo, que se caracterizam por uma operação sincrônica de gestão, salvaguarda, atualização e materialização de paisagens nas cidades. No curso da EESC-USP, essa aproximação transdisciplinar – talvez pelas sua dimensão modesta como escola, pelo processo de construção coletiva ou pela convergência ideológica –, foi possível, já no final da década de 1990, observar trabalhos importantes para área em alguns eixos temáticos fortes: o movimento moderno na arquitetura e, em consequência, de modo bem mais articulado do que em outras formações, o urbanismo no século XX, processos e ferramentas de estruturação de redes de cidades – de urbanização –, resultantes de políticas, programas e planos de Estado ou de governos em uma perspectiva claramente federalista e municipalista e estudos na área da habitação. (FELDM AN, 2005) Aqui, as lacunas na avaliação, como nos outros casos, devem-se a uma necessária investigação sobre sua rede intelectual de professores, oriundos da USP e da PUC Campinas, mas que existiria ainda maiores aprofundamentos. De todo modo, o programa foi uma iniciativa do arquiteto Carlos Martins, de formação uspiana e com doutorado na Espanha, mas com vínculos estreitos com a FAUPUC de Campinas. O projeto de formação criado e coordenado por Martins foi inicialmente conduzido com a participação de C. R. Monteiro Andrade, S. Feldman, C. Rizek, R. Anelli, A. Farias, N. Bonduki, F. Fernandes, M. H. Simão d’Agostino – os quatro últimos hoje na FAU-USP.

Por fim, na década de 1990, cabe mencionar tanto a criação do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PRO-ARQ/UFRJ), em 1987, quanto, sobretudo, seu processo de renovação a partir de meados dos anos 1990, que levaria a afirmação da área de história da arquitetura, primeiramente capitaneada pela visão estética fina e rigorosa de Beatriz Oliveira e, já na década seguinte, com o aporte e a erudição de Gustavo da Rocha-Peixoto. Na verdade, os estudos históricos na FAU-UFRJ se afirmariam, primeiramente, no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), criado em 1994 por iniciativa de Denise Pinheiro Machado e que congregaria em torno do projeto urbano um corpo de professores de perfil acadêmico e profissional diferenciado.

Fizeram parte do corpo fundador do programa um núcleo de profissionais vindos de horizontes disciplinares diferenciados, muitos com interesses articulados – do direito à física, da geografia à sociologia, passando pelas atividades de projeto *stricto sensu*: Lucia Costa, Rosângela Cavalazzi, Rachel Coutinho, Flávio Ferreira, Lilian Fessler Vaz, Oscar Corbella, Roberto Segre, entre outros, muitos egressos de formação em importantes universidades estrangeiras nos anos 1980 e início dos anos 1990.

Contudo, as marcas na área de estudos históricos no PROURB seriam deixadas por Roberto Segre. Agregando em torno de si e de seus trabalhos um grande número de alunos, o arquiteto ítalo-argentino¹⁴ dedicou-se durante quase duas décadas a uma arqueologia de edifícios “icônicos” na paisagem da cidade – dentre os quais se destaca seu estudo do edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES). Secundado pela vasta cultura disciplinar e pela inteligência visual de alguns de seus mais próximos discípulos – como José Barki, José Kós e Andrea Borde – Segre, nesse trabalho coletivo, criou seguramente e antes de tudo, um dos melhores laboratórios de gráfica digital e de elaboração de simulações da cidade antiga e de suas arquiteturas da América Latina – o LAURD – e uma geração de jovens arquitetos mais informados e atualizados em termos de correntes da arquitetura mundial.

236

Contudo, neste vasto quadro, até os anos 1990, o que cabe neste exercício inicial salientar, e enquanto a história do próprio campo da história não ganha intérpretes, são as conexões uspianas que impulsionam os estudos históricos a partir de então, que se expandem em direção a outras regiões. Com Sylvia Fischer, por exemplo, elas irrigam o Centro-Oeste no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Fischer realizou ali um marcante trabalho atento às culturas disciplinares, o que havia iniciado em São Paulo com sua tese *Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo* (1989), construindo outros tantos caminhos nas narrativas sobre cidades, obras ou práticas com ênfase nos estudos tipo-morfológicos.

As tendências de reconfiguração, agora tendo São Paulo como importante nó e mais tarde, a afirmação da própria FAU-USP foram sentidas pelas revistas. Já no início da década de 1990, a *Projeto* volta-se com mais clareza para o campo do projeto. A *AU* busca manter seu papel de ponte com a pesquisa o que conseguiria até o ano 2000, graças particularmente à seção *Documento* da *AU*, a partir de 1991 e que passa a publicar *dossiers* sobre arquitetos, como vinha se fazendo na PUC Rio, no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da FAU-UFRJ, na PUC de Campinas e que, agora promovem, nacionalmente, uma espécie de estado da arte dos temas emergentes no país.

A seção reflete também, em parte, as ações nas universidades, no DOCOMO-MO, no SHCU, que também passam a interagir no novo perfil da produção, multiplicando o seu volume. Os estudos de tradições artísticas, biografias profissionais e planos e projetos impulsiona uma criação de novas editoras especializadas, exposições, congressos nacionais e internacionais. Contudo, esta ampliação da área trouxe uma dispersão desigual das primeiras nebulosas e suas conquistas teóricas feitas até meados dos anos 1990.

Fernandes e Gomes (2004), analisando a expansão dos estudos históricos no início do ano 2000, se perguntavam:

O que significa esse interesse sobre o passado por parte de um número significativo de pesquisadores, quando o presente coloca questões tão prementes para nossas cidades, como o desemprego, a falta de moradia, a exclusão social e a violência? [...] por que razões foram esses profissionais, essencialmente propositivos e prospectivos, buscar na história um caminho para o aprofundamento de sua reflexão sobre a cidade e o urbanismo?

Surpreendente como tendência, esse enquadramento do passado e de suas “formas sociais e construídas”, inclusive as do século XX, com frequência reproduziu um movimento linear “às avessas”, já criticado por Bloch (1993; DIDI-HUBERMAN, 2000). O historiador francês chamava a atenção para uma visão na qual a história era como um filme acabado, o qual se “desembobina” – andando de trás para frente, para se descobrir a origem de fenômenos.

237

Constata-se que nas últimas décadas as práticas de construção das escritas sobre o passado continuariam a ser construídas de um modo ideológico ou a-histórico, e mantendo uma compreensão dominante de história linear – “evolutiva” ou “involutiva” – apartada do presente. De resto, discutida, como se viu nas páginas iniciais, há quase cinquenta anos. É, aqui, que se constata que a crítica ao funcionalismo e à causalidade, atribuída à dispersão do movimento moderno, demanda desconstruções ainda mais potentes.

As “revisões historiográficas” tem-se aproveitado da metáfora do “desenrolar cinematográfico” da história (DIDI-HUBERMAN, 2000, p. 35) ou do relativismo dominante, em ajuizamentos muitas vezes fragilmente construídos ou ainda vêm a história, simplesmente, como a ciência do passado, des-historicizando-a, despoetizando-a, despolitizando-a no sentido mais nobre da palavra. Cresce sem reservas a circulação de expressões genéricas como “o moderno”, “o contemporâneo”, “a modernidade”, “a contemporaneidade”, “estilo moderno”, o urbanismo, a cidade ou a arquitetura “modernista” que, criticando o autoritarismo das práticas modernas, silenciam os atores sobre os quais se fala. (TELLES, 2011)

É certo que muitos pesquisadores se moveram na direção de uma historiografia mais atenta às obras em suas relações com as próprias poéticas de arquitetos e urbanistas e suas culturas disciplinares. Outros começaram a enfocar a própria crítica historiográfica. Entretanto, só nos últimos anos começou-se a perceber que as próprias (re)leituras estavam expostas às fraturas ou ao esgarçamento desse conjunto de nuvens que apenas, pontualmente, consolidavam os resultados de tantas trocas. Talvez tenha sido diante desse balanço que C. Comas constatou em entrevista recente o esfacelamento da “extraordinária efervescência reflexiva sobre a arquitetura e o urbanismo no país”, que havia tido lugar até meados dos anos 1990. (COMAS, 2011, p. 146)

Entretanto, a problematização da produção acumulada parece cada vez mais necessária até mesmo em respeito ao investimento pessoal e coletivo e que se traduz no expressivo volume de trabalhos. A presentificação da experiência da arte, o anacronismo da própria posição do historiador entre o saber e o sentir ou os modelos de tempo que faz seus, mereceriam, por exemplo, serem examinados. Além disso, na medida em que a forma de pensar o tempo e a história ganham singularidades, no caso do Brasil, a historicidade de certas perspectivas e modos de temporalização necessitariam ser ainda mais debatidas, desconstruídas.

É o tempo que “insuffla” tanto a história quanto a arquitetura e suas práticas. É uma visão de tempo e sua pontuação que está implícita nos modos de temporalização abstratos das periodizações que cada um adota ou cria com maior ou menor consciência. Na cultura ocidental esta é uma relação que parece tão evidente que a própria arquitetura é vista como o suporte privilegiado da história e da memória, isto é como a pontuação do próprio tempo. As inscrições temporais se concretizam em cada obra humana. Entretanto, é a suspensão anacrônica aquilo que o projeto ou o desenho perseguem e conseguem fazer presentes, por vezes, na experiência da arquitetura e das formas da cidade.

Ao se eleger o passado como um recorte sem considerar nem a história nem o tempo como “possibilidades” e “problemas”, os céus metafóricos se enchem de nuvens. Entretanto, imóveis e fechadas em si mesmas, ou se desfazendo lentamente, uma a uma, elas podem, em seu movimento constante, serem apenas varridas pelos ventos, sem provocar nada: nem chuvas benfazejas e desejáveis, nem tempestades... sequer, nem mesmo rumor. ▽

¹ Texto apresentado oralmente, em forma de conferência, na 4ª Semana Soteropolitana de Arquitetura realizada na Faculdade de Arquitetura (FAUFBA), em agosto de 2013.

² A palavra é usada, aqui, deliberadamente para combater a ideia de uma oposição entre história e crítica e que ainda domina a área, sobretudo nas cadeiras de história da arquitetura e do urbanismo e parece resultar do frágil debate sobre as questões historiográficas *stricto-sensu*. De um ponto de vista contemporâneo toda operação historiográfica não é neutra, embora o historiador trabalhe na direção de objetivar sua subjetividade, e é potencialmente crítica, tanto na conservação quanto na proposta de deslocamento de sentidos. Por outro lado, toda crítica não esconde a historicidade de sua visão de mundo e, portanto, manifesta as condições de possibilidades históricas de seu ajuizamento.

³ Essa avaliação foi feita pela autora em pesquisas realizadas no URBANDATA em 1993, cujos resultados foram reunidos no texto “A arte de interrogar o passado: perfis da historiografia sobre o Rio de Janeiro – temas e problemas (1978-1992)”. O balanço bibliográfico realizado visava a publicação de um artigo pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro a pedido de Affonso Carlos Marques dos Santos, mas o texto permaneceu inédito.

⁴ O URBANDATA, sediado, naqueles anos, no Instituto Universitário

de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e hoje funcionando em outros moldes, foi criado por Lícia Valladares e foi o primeiro banco de dados existente no país dedicado a repertoriar a produção intelectual sobre as cidades brasileiras. Em 1992, a criação do banco dava continuidade a um levantamento e avaliação dos estudos na área da sociologia realizada pela mesma. (VALLADARES, 1981)

⁵ Maiores desenvolvimentos sobre os grupos, intelectuais ou instituições que embasaram teoricamente ou impulsionaram estas publicações foram discutidas em “A arte de interrogar o passado” apresentado publicamente dez anos mais tarde, corrigido e ampliado no Encontro Nacional da ANPUR – Encruzilhadas do planejamento: repensando teoria e prática, Belo Horizonte, 2003.

⁶ A história da diáspora de gerações de arquitetos brasileiros na ditadura – em exílio ou autoexílio – ainda está por ser feita. Note-se, aqui, o apoio nos anos 1970-1980 de Jean-Pierre Halévy, diretor de escolas de arquitetura na França e ainda diretor do Centre d’Etudes et de Recherches Architecturales (CERA) – embrião do Institut Français d’Architecture (IFA) e da, hoje, Cité de l’Architecture de Chaillot à inserção de arquitetos que se afastaram do país na França – como Sérgio Ferro e, em parte, Joaquim Guedes, próximo de Flávio Império e também de Ferro. Halévy foi conhecedor profundo do

Brasil e ator fundamental no apoio de várias gerações de arquitetos brasileiros e na salvaguarda de bens patrimoniais do Brasil em seu trabalho na década de 1990 junto ao Iphan e à Unesco.

⁷ A palavra “fábrica” é usada, aqui, com o seu sentido em língua portuguesa no século XVIII, e ainda presente em vários idiomas, como sinônimo de construção.

⁸ A Revista *Gávea* visava difundir os trabalhos de alunos e professores e texto de difícil publicação no país, não aceitava publicidade e até ser apoiada pela FINEP e, depois pelo CNPq, a partir do seu número 7, foi feita exclusivamente graças à contribuição intelectual e financeira daqueles diretamente identificados com seus objetivos.

⁹ A exposição e livro *Le Corbusier e o Brasil* da qual foram organizadores a autora, C. H. Rodrigues dos Santos, V. Caldeira e R. V. da Silva Pereira, então estudantes de doutorado em Paris, resultou de um projeto coletivo de sistematizar e organizar fontes sobre a arquitetura no Brasil que vinham sendo identificadas em acervos estrangeiros. As pesquisas no acervo da Fundação Le Corbusier, em Paris, ainda desconhecida dos brasileiros, realizadas em 1986, mostraria sua relevância pelas possibilidades que oferecia de se construir uma leitura de sua interlocução com o Brasil em bases menos aculturadas, sobretudo com Lucio Costa. No âmbito do centenário de

nascimento de Le Corbusier, em 1987, elas culminaram com a difusão, pela primeira vez, de centenas de cartas, desenhos, projetos, fotos sobre suas relações com o meio artístico e intelectual brasileiro. A mostra foi inaugurada no MASP e, em seguida, no Palácio Capanema com a presença de Charlotte Perriand, J-L. Cohen, M. Eleb e Ph. Panerai. Talvez tenha sido a primeira exposição de arquitetura realizada no país depois da ditadura de grande porte. Percorreu as principais capitais brasileiras: Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre. As iniciativas contaram com o apoio essencial de J-P. Halévy, já citado. No que diz respeito à autora deste texto – ex-aluna do curso de especialização e, à época dos eventos, professora e coordenadora do curso à convite de C. Zílio –, é importante ressaltar também sua dívida com aquele Programa e a formação aí desenvolvida na concepção daquelas iniciativas.

¹⁰ Essa pesquisa abria-se em duas vertentes: uma desenvolvida Por J. Czaykowski com alunos da FAU-UFRJ e outra desenvolvida pela autora, em colaboração com C.H. Godoy R. dos Santos em torno de Grandjean de Montigny das reflexões sedimentadas na França no trabalho sobre Le Corbusier. Ambas as vertentes articulavam-se ao programa de formação do Curso.

¹¹ Os Arquivos da Arquitetura Moderna (AAM) deveriam organizar guias de fontes de pesquisas sobre

arquitetos brasileiros ou estrangeiros que haviam trabalhado no Brasil, em um esforço de sistematização dos acervos locais, mas também de identificação de fontes primárias dispersas em diferentes instituições internacionais. O projeto foi apresentado à FUNARTE no fim dos anos 1980 pela autora e por Carlos Zílio, embora não tendo conseguido apoio, foi implementado como programa de formação na área de arquitetura e prosseguiu nas atividades de vários professores e alunos ainda nos anos 1990.

¹² Note-se, aqui, entre os estudantes da PUC-Rio a recepção, por exemplo, de A. Gianotti e de Rodrigo Naves em fins da década de 1980. No início dos anos 1990, observa-se a circulação dos textos além da própria Sophia S. Telles e Luiz Espallargas Gimenez, de C. E. Comas e Otília Arantes junto às gerações de jovens historiadores da arquitetura cariocas. Roberto Conduru. Entrevista a Margareth da Silva Pereira, 25 de junho de 2013

¹³ Sobre sua sinuosa biografia intelectual, em 2011 a autora lhe solicitou um pequeno balanço escrito por ocasião do Seminário Interloquções Brasil-Itália: a presença italiana na arquitetura das cidades brasileiras, realizado no Arquivo Nacional, publicado na plataforma *Vitruvius* por ocasião de seu súbito falecimento em março de 2013.

/

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi - arquitetura e cidade*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2001.

ARANHA, Maria Beatriz de Camargo. Rino Levi: Arquitetura como ofício. *Óculum*, n. 3, p. 46-52, 1993.

ARANTES, Pedro Fiori, *Arquitetura Nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARTIGAS, Rosa (Org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac & Naify; Associação Brasil 500 Anos; Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *Caminhos da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.

BENCHIMOL, Jaime Larry, Considerações acerca da bibliografia recente sobre a história das habitações populares e reformas urbanas do Rio Antigo. *Revista de História em Cadernos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 1985.,

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1993.

- BONDUKI, Nabil Georges (Org.). Affonso Eduardo Reidy. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi; Lisboa: Editora Blau, 1999.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CABRAL, Maria Cristina Nascente. *O Racionalismo Arquitetônico de Lina Bo Bardi*. Dissertação. 1994 (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História e Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de, Rio de Janeiro juntando os pedaços, *Revista do Rio de Janeiro*, n. 2 abril 1986.
- CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na repartição*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. *Guia de arquitetura 1928-1960: quando o Brasil era moderno*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CHIAVARI, Maria Pace. *Entrevista à Margareth da Silva Pereira*, 25-26 de junho de 2013.
- COHEN, Jean-Louis. From Ideological Statement of professional history. *Revista Zodiac*, Milan, n. 21, Jul-dec., p. 34-45, 1999.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Protótipo e monumento, um ministério, o ministério. *Revista Projeto*, n. 102, ago. p. 136-149, 1987.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. A precedência da forma na arquitetura, *Entrevista com Carlos Eduardo Dias Comas*. *Desígnio: Revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, 11-12, 2011.
- _____. *Entrevista à Margareth da Silva Pereira*, 25 de junho de 2013.
- _____. Teoria acadêmica, arquitetura moderna, corolário brasileiro. *Revista Gávea*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 180-93.
- _____. Uma certa arquitetura brasileira: experiência a reconhecer. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 22-28.1987.
- CONDURU, Roberto. *Álvaro Vital Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- _____. *Entrevista à Margareth da Silva Pereira*, 25 de junho de 2013.
- _____. *Ilhas da Razão: Arquitetura Racionalista do Rio de Janeiro no Século XX*. Niterói: Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ UFF Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Razão ao cubo. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Jorge Machado Moreira*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura do Rio de Janeiro, 1999.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos; XAVIER, Alberto. *Arquitetura moderna paulistana*. São Paulo: Pini, 1983.

COSTA, Lucio. Entrevista à Margareth da Silva Pereira e à Maria Angélica Silva, Rio de Janeiro, 1991.

_____. Entrevista à Margareth da Silva Pereira e Maria Angélica Silva. 1990-1991.

_____. *modernidade e tradição. Montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CZAJKOWSKI, Jorge. A arquitetura racionalista e a tradição brasileira. *Revista Gávea*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 23-35. mar. 1993,

_____. Arquitetura brasileira: tradição e crítica. *Revista Gávea*, Rio de Janeiro: n. 2, 1985.

_____. Arquitetura e Mímesis. *Caderno cinza*, Rio de Janeiro: Rio Arte, Ano 1, n. 1, p. 34-40. 1984.

_____. Breve notícia de pesquisa. O nativismo carioca: uma arquitetura entre a tradição e a modernidade. *Revista Gávea*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 140-143. dez. 1998.

_____. (Org.). *Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

DAHER, Luiz Carlos. *Flávio de Carvalho: arquitetura e expressionismo*. São Paulo: Projeto, 1982.

DEDECA, Paula Gorenstein Dedeca. A ideia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira, *InPós*, São Paulo, 19/32, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges, *Devantletemps*. Paris: ed. De Minuit, 2000. p. 30-31.

DOSSE, François, O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *Art Cultura*, Uberlândia, MG, n. 9, jul./dez. 2004.

FELDMAN, Sarah. Anotações para um balanço do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Risco*, São Paulo, v. 2, p. 120-121, 2005.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. História da cidade e do urbanismo no Brasil: Reflexões sobre a produção recente. *Ciência e Cultura*, v. 56, n. 2, 2004.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Org.). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Empresa das Artes, 1993.

FICHER, Sylvia. Ensino, documentação e pesquisa. In: CLEFA. ENSINO E PESQUISA EM ARQUITETURA NA AMÉRICA LATINA, 10., 1998, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], set. 1988.

- FICHER, Sylvia. *Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- _____. (Org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- FICHER, Sylvia; ACAYABA. *Arquitetura moderna brasileira*. *Mdc Revista de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, 1982.
- FRITSCH, Lilian. *Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial*. *Revista do Rio de Janeiro*, n. 3, ago. 1986.
- GUERRA, Abilio. *Historiografia da arquitetura brasileira*. *Arquitextos*, 2001 Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.010/905>. Acesso em: 24 out. 2013.
- _____. *O Homem Primitivo - origem e conformação no universo intelectual brasileiro (séculos XIX e XX)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.
- _____. (Org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira*. São Paulo : Romano Guerra, 2010.
- GUERRA, Abilio; RUBINO, Silvana. *As fachadas da história. As origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas: a política das formas poéticas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- _____. *Experiência moderna e ética construtiva: a arquitetura de Affonso Eduardo Reidy*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História e Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- KATINSKI, Julio. *Arquitetura paulista, uma perigosa montagem ideológica*. *AU-Arquitetura e Urbanismo*, n. 17, p. 66-71, abr./maio 1988.
- KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2003.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel 1999. v. 1
- LEONIDIO, Otávio. *Um quarto de século de. Arquitetura contemporânea no Brasil: Homenagem a Yves Bruand*. Vitruvius, 2006. Disponível em: <

line/05.060/3121>. Acesso em: 23 out. 2013.

LIRA, José Tavares Correia. Arquitetura, historiografia e história operativa nos anos 1960. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009, CD-ROM.

_____. (Org.). *Desígnio: Revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, v. 11-12, 2011.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da educação: a construção do ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996.

MACHADO et al. (Org.). *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: PROURB, 2003. v. 1.

MAHFUZ, Edson. O Clássico, o Poético e o Erótico. *AU-Arquitetura e Urbanismo*, 15. São Paulo, n. 15, p. 60-68, 1987.

MALASARTES. Rio de Janeiro, n. 1, set./out./nov. 1975, p. 4.

MARQUES, Sonia. Arquitetura brasileira, um após-modernidade mais do que contraditória. *Rua, Revista de urbanismo e arquitetura*, Salvador, n. 5/1, 1999.

MARTINS, Carlos Alberto Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado o Brasil: Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso-moderno no Brasil – a obra de Lúcio Costa (1924-1952)*. Dissertação

(Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MARTINS, Carlos Alberto Alberto Ferreira. A constituição da trama narrativa na historiografia da arquitetura moderna brasileira. *Revista da Pós - O estudo da história na formação do arquiteto*. São Paulo, 1994.

_____. Estado, cultura e natureza na origem da arquitetura moderna brasileira: Le Corbusier e Lúcio Costa, 1929-1936. *Revista Caramelo*, São Paulo, n. 6, p. 129-136, 1993.

_____. Trama Historiográfica e Objeto Moderno – Entrevista. *Desígnio - Revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, v. 11-12, mar. 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p.17-21, 2003.

PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. *A arquitetura brasileira e o mito*. Notas sobre um velho jogo afirmação homem-presença natureza, Rio de Janeiro, Gávea 7, 1990.

_____. A arte de interrogar o passado: perfis da historiografia sobre o Rio de Janeiro – temas e problemas (1978-1992). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO – REPENSANDO TEORIAS E PRÁTICAS, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2003.

- PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. Discurso técnico X atitude estética: cosmopolitismo e regionalismo nos planos de Agache e Le Corbusier para o Rio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARTDECO NA AMÉRICA LATINA, 1., 1997, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: 1997.
- _____. *L'utopie et l'histoire: Brasília entre l'acertitude de la forme et le doute de l'image*. In: SAYAG, Alain. (Org.). *L'Art de l'Amérique Latine*. Paris, 1992.
- PESSOA, José B (Org.). *Lúcio Costa: Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- PUNTONI, Álvaro et al. *Vilanova Artigas: arquitetos brasileiros*. São Paulo: Fundação Vilanova Artigas/Lisboa Blau, 1997.
- RAMIREZ NIETO, Jorge. *Lashuellas que revela el Tiempo (1985-2011)*. In: SEMINÁRIOS DE ARQUITECTURALATINOAMERICANA - SAL. Bogotá, UNC, 2013, 165 p.
- RUBINO, Silvana. *Rotas da modernidade: trajetória, campo e história na atuação de Lina bo Bardi, 1947-1968*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos et. al. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela, Projeto Editora, 1987.
- _____. *Residências de estudar, casa de morar: a honradestelugar*. In: ACAYABA Marlene Milan. *Residências em São Paulo: 1947-1975*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2011.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti Salgueiro. *Engenheiro Aarão Reis, o progresso como missão*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1997.
- _____. *La Casaque d'Arlequin. une capital ecclésiastique au XIX siècle*. Paris: Picard, 1997
- _____. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*, São Paulo: EDUSP, 2001.
- SILVA, Maria Angélica, *As formas e as palavras na obra de Lucio Costa*. (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História e Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- TELLES, Sophia S. *Arquitetura Moderna no Brasil: o desenho da superfície*. São Paulo: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Dissertação, 1988.
- TELLES, Sophia S. *Lucio Costa: monumentalidade e intimismo*. Revista Novos Estudos, São Paulo: n. 25, 1989.
- _____. *Museu Brasileiro da Escultura*. AU-Arquitetura e Urbanismo.

AU-Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 32, 1990.

TELLES, Sophia S. Os dilemas da prancheta como espaço histórico. *Desígnio: Revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, p. 179, 2011.z

_____. *Oscar Niemeyer: técnica e forma*. Revista Ócolum, Campinas, n. 2. 1992.

TOGNON, Marcos. *Arquitetura italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

TOLEDO, Benedito Lima. *São Paulo, três cidades em um século*. São Paulo, [s.n.], 1981.

TSIOMIS, Yannis (Ed.). *Le Corbusier - Rio de Janeiro: 1929, 1936*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

UNDERWOOD, David. *Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura; Fundação Vilanova Artigas, 1987.

_____. *Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VALLADARES, Licia. *Repensando a habitação no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas / Rio de Janeiro: Rioarte, 1991.

ZEIN, Ruth Verde. *Arquitetura brasileira, escola paulista e as casas de Paulo Mendes da Rocha*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. *Siete motivos para la existencia de la crítica de arquitectura en América Latina, o aunlaprueba de su existencia*. *Summa + (Buenos Aires)*, Buenos Aires, n. 42, p. 123-123, 2000.

WISNIK, Guilherme. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.